



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 730 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2024 A 11 DE JANEIRO DE 2025 - R\$ 5,00

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) Em defesa das conquistas da Revolução Russa!



**Derrocada do governo sírio de
Bashar al-Assad**

**Está posta a tarefa de conquistar a independência,
soberania e unidade territorial da Síria**

**Somente um governo revolucionário – operário e camponês –
poderá expulsar as forças imperialistas e colonizadoras**

**ABAIXO O PACOTE ANTINACIONAL E
ANTIPOPULAR DE LULA, LIRA E PACHECO!**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos
convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa
dos empregos, salários e direitos!**

O que esperar do novo governo na Síria?

Essa é a pergunta que tem feito as forças envolvidas na queda do regime de Bashar al-Assad. Os maiores interessados são os Estados Unidos, a Turquia e os países árabes adversários do Irã. Nessa lista, deve constar o Estado sionista de Israel. É consenso que os grandes perdedores foram a Rússia e o Irã. Dessa relação conflituosa que surge a pergunta sobre a perspectiva que se abre para a Síria, depois de 13 anos de guerra civil, cerca de 600 mil mortos, 6,8 milhões de refugiados, 13 milhões de deslocados e 90% da população lançados no precipício da miséria. Não é preciso descrever detalhadamente o caráter sanguinário da dinastia da família Assad, que governou o país por mais de meio século. A abertura das prisões e a escavação de covas coletivas retratam por si só que o governo feudal-burguês de Assad deixa uma história de longa opressão sobre as massas sírias e as nacionalidades que compõem o território.

É fundamental, porém, nesse reconhecimento da tragédia síria não perder de vista o caráter capitalista e de classe do Estado e sua expressão governamental encarnada pela dinastia Assad. Mais ainda, é obrigatório demonstrar o quanto a Síria padeceu dos condicionamentos econômicos ditados pelas potências imperialistas, a começar pela ocupação francesa em 1920. A rebelião dos sírios contra a opressão nacional, em meados dessa década, apesar de esmagada pela França, esteve na base do movimento nacionalista de 1958 que iria levantar a bandeira de unificação territorial constituindo uma “República Árabe Unida”. A noção era de que a Síria e o Egito unificados estariam em melhores condições para garantir a independência perante as forças do imperialismo. Ainda que não tenham realizado esse objetivo, abriu caminho para a proposição da tese sobre a necessidade de uma “Federação das Repúblicas Árabes”. É nesse marco que a Síria lutou pela reunificação com o Líbano, chocando-se com a oposição francesa.

A trajetória política da Síria, desde a Primeira Guerra Mundial, o acordo Sykes-Picot de partilha e, portanto, da dissolução do Império Otomano, foi a de procurar a unificação como forma de enfrentar a nova dominação encarnada pela Inglaterra e França. No final da Segunda Guerra, com a nova partilha, a Síria se opôs terminantemente à decisão da ONU de estabelecer o Estado sionista de Israel na Palestina. Essa determinação colocou a Síria em um posto de destaque da resistência nacionalista à ofensiva norte-americana no Oriente Médio.

Foi importante a criação em 1947 do Partido Baath Árabe Socialista. O general Rafez al-Assad passou a dirigi-lo, depois de assumir o poder no final de 1970. Conservou a linha nacionalista de unificação de países árabes. A guerra entre o Iraque e o Irã, em 1980, se encarregou de minar as tendências unificadoras, que já vinham se debilitando com o fracasso do nacionalismo assumido pelo Egito, sob a direção de Gamal Abdel Nasser. Em sua base, se encontra a crescente divergência em torno à dominação de Israel sobre a Palestina e o agigantamento da influência dos Estados Unidos sobre os Estados e governos árabes, tendo em vista a crescente importância estratégica da economia petrolífera e da rota comercial marítima. Avultaram-se os choques da Síria com Israel em solo libanês.

Quando Bashar al-Assad, em junho de 2000, assumiu o lugar de seu pai no governo, a situação no Oriente Médio era explosiva. A Síria havia se negado a participar nos acordos de Oslo, contrapondo-se assim à OLP, e condenado a criação da Autoridade Palestina. O conflito da Síria com Israel havia assu-

mido uma importante proporção com a guerra de 1967 e aneação das Colinas de Golã em 1981.

A invasão dos Estados Unidos ao Iraque em abril de 2003 foi rechaçada pela Síria. Os Estados Unidos impuseram-lhe sanções econômicas. Em 2011, a chamada “Primavera Árabe” estremeceu uma série de governos no norte da África e no Oriente Médio. Nas condições da guerra que arruinou o Iraque e dos movimentos de contestação às ditaduras, incendiaram-se os antagonismos nacionais e religiosos. A projeção do movimento nacionalista-religioso do Estado Islâmico, cuja organização foi impulsionada pela intervenção dos Estados Unidos no Iraque, refletiu-se amplamente no processo de crise econômica e política da Síria.

A guerra civil iniciada em 2011 transpareceu várias frações vinculadas ou não à jihad islâmica. Desencadeou-se em meio à campanha mundial do imperialismo norte-americano e aliados contra o que qualificaram de organizações terroristas. Não se tratou precisamente de uma guerra civil, uma vez que já estavam presentes forças externas à Síria. Chegou-se inclusive a uma grotesca aliança entre a Rússia, Estados Unidos e Turquia contra o Estado Islâmico e Al-Qaeda. O esmagamento da jihad no Iraque e na Síria permitiu um acordo provisório de cessar-fogo. O governo Assad, no entanto, se tornou refém do apoio da Rússia, enquanto que a Turquia, Catar e Estados Unidos sustentavam frações organizadas que iriam, finalmente, derrubar o governo em 8 de dezembro de 2024.

A investida da Organização do Levante pela Libertação da Síria (Hayat Tahir al-Sham/HTS) se gestou no quadro da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e no Líbano. Os ataques de Israel realizados no território sírio evidenciaram a impotência do governo Assad. Assim foi preparado o terreno de sua derrubada pela Turquia e aliados nesse objetivo. A Rússia envolvida na guerra da Ucrânia não se animou a reagir. O Irã, por sua vez, não tinha como se contrapor, premido que estava e está por Israel e Estados Unidos.

Os Estados Unidos, Inglaterra e União Europeia montaram um cerco para comprometer o governo de Abu Mohammed al-Jolani, dirigente do HTS, com os objetivos estratégicos do imperialismo para o Oriente Médio. Trata-se de um governo que já nasceu dependente das forças externas. O que mostra a ausência de capacidade própria para reorganizar o país sobre novas bases econômicas e políticas decididas, amparadas e defendidas pelas massas sírias. Os bombardeios dos Estados Unidos e de Israel, que destruíram instalações militares do exército sírio e sua frota naval, bem como o fato de os sionistas invadirem o território sírio em Golã, são sinais de que o novo governo é incapaz de levantar o povo sírio pela independência e soberania nacionais.

A tarefa de libertar a Síria do intervencionismo externo e impor a sua soberania permanece em pé. O fim do governo de Assad não enfraqueceu as posições dos Estados Unidos e Israel no Oriente Médio. A propaganda de que a Síria será democratizada e que manterá sua unidade abrigando pacificamente as nacionalidades em conflito oculta os objetivos estratégicos do imperialismo de utilizá-la para consagrar a projeção do Estado sionista de Israel no Oriente Médio. O momento de euforia dos sírios logo passará. A dura realidade a ser enfrentada é a de organizar um movimento independente e revolucionário para expulsar os Estados Unidos e seus aliados, que os auxiliam a

CONTINUA →

manter a dominação sobre as nações oprimidas e as massas exploradas.

Tudo indica que o agravamento dos antagonismos no Oriente Médio vai prosseguir sob a ofensiva do Estado de Israel sobre a Faixa de Gaza, Cisjordânia e Líbano. A ordem mundial do

pós-guerra se decompõe. É o que evidencia a guerra na Ucrânia e os preparativos dos Estados Unidos para uma guerra com a China. Não há outro caminho para interromper a marcha da barbárie a não ser o da luta do proletariado guiado pelo programa da revolução social. ■

Governo e Congresso Nacional impõem o pacote antinacional e antipopular

Abaixo a contrarreforma de Lula, Lira e Pacheco!

Concluída, no Senado, a votação do plano fiscal concebido pelos ministros Fernando Haddad (PT), da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento (MDB), confirmam-se o ataque aos trabalhadores e a proteção aos capitalistas. O pacote original havia sido duramente criticado, sobretudo, pelos representantes do capital financeiro, que consideram excessivamente leve e muito ambíguo. Agora, a crítica recai sobre o Congresso Nacional porque não aceitaram o que se denominou de “desidratação” do pacote.

Na realidade, foi mantida a diretriz de ataque das medidas fiscais aos assalariados, aposentados, pensionistas e deficientes. Os parlamentares, em sua maioria, se esmeraram em manter a alteração do mecanismo de reajuste do salário mínimo. Lula abandonou a política de “valorização do salário mínimo” a conta-gotas. O novo critério abandona o mecanismo de correção do salário mínimo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais o crescimento do Produto Interno Bruto de dois anos anteriores e determina o aumento de 0,6% ao ano acima da inflação, independentemente do PIB, limitando ao máximo de 2,5%. Nesse mesmo sentido, o direito ao abono para quem recebia até dois salários mínimos será limitado progressivamente para quem receba um salário mínimo e meio. Bastam essas determinações para que o pacote de Lula se caracterize como antinacional e antipopular. Antinacional porque protege os interesses do capital financeiro e, em particular, dos credores da gigantesca dívida pública. E antipopular porque descarrega a crise econômica sobre a maioria oprimida.

Comprovou-se que a medida voltada à isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 e uma maior taxa de quem tem uma renda mensal acima de R\$ 50.000,00 não passou de uma manobra diversionista de Lula e seus sequazes para diminuir a rejeição ao pacote de milhões de trabalhadores que sobrevivem com 1 a 3 salários mínimos. Essa parte ficou de fora das medidas aprovadas. Dizem que será retomada futuramente.

Os deputados e senadores vestiram a máscara de bem feitos. Flexibilizaram as regras dos critérios que regulam o direito das famílias que dependem do Benefício de Prestação Continuada (BPC); mudaram o percentual da contribuição para as escolas integrais nos fundos estaduais (Fundeb) para 10%, quando o governo havia estipulado 20%.

A tranquila votação no Congresso Nacional refletiu as negociações de Lula com Lira e Pacheco. Nessa jogada, o Supremo Tribunal Federal interveio defendendo os altos salários da casta que comanda a burocracia estatal, incluindo a oficialidade militar. Os partidos oligárquicos que dominam o parlamento aproveitaram a debilidade do governo Lula para manter e ampliar seu controle sobre parte do orçamento. O Arcabouço Fiscal, que substituiu o Teto de Gastos adotada no governo Temer e mantido no de Bolsonaro, incorporou as emendas parlamentares com as quais os partidos dominantes e uma camarilha de deputados e senadores exerce



O imobilismo e o colaboracionismo da burocracia sindical foram uma demonstração de Lula à burguesia do quanto é importante sufocar a revolta dos trabalhadores e mantê-los passivos e desorganizados. Somente assim se tornou possível as negociações do governo com o parlamento oligárquico, realizadas por cima da classe operária, dos camponeses e dos demais trabalhadores.

poderosas pressões sobre um Executivo enfraquecido pela longa crise política que se abateu sobre o país, principalmente, desde o segundo mandato de Dilma Rousseff. Aproveitando-se do momento, a camarilha votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, com o objetivo de reforçar o Fundo Partidário.

Como se vê, o ajuste fiscal de Lula concluiu com um violento golpe sobre as costas dos trabalhadores. As centrais e os sindicatos, em sua grande maioria, serviram de auxiliares às manobras antinacionais e antipopulares do Executivo, Legislativo e Judiciário. Da boca para fora, os burocratas reclamaram da alteração do critério de “valorização do salário mínimo” e da perda de direitos. Serviram de porta-vozes do governo Lula, elogiando vergonhosamente a proposta de isenção do imposto de renda e a taxa de altos salários. A esquerda sindical, representada pela CSP-Conlu-



tas, se mostrou incapaz de realizar uma campanha nacional pela derrubada do pacote de Lula, Lira e Pacheco. Limitou-se ao discurso crítico. Dessa forma, a burocracia de esquerda se manteve atada à burocracia governista das demais centrais. O governo, o Congresso Nacional e as Centrais Sindicais contaram com o fato de a economia ter crescido e a taxa de desemprego, reduzida. Sob tais circunstâncias, avança a implantação da reforma trabalhista de Temer e se prepara um novo ataque à Previdência, considerada pelo capital financeiro como a grande responsável pelo desequilíbrio fiscal. Está no horizonte a adoção de novas medidas antinacionais e antipopulares.

O imobilismo e o colaboracionismo da burocracia sindical foram uma demonstração de Lula à burguesia do quanto é importante sufocar a revolta dos trabalhadores e mantê-los passivos e desorganizados. Somente assim se tornou possível as negociações do governo com o parlamento oligárquico, realizadas por cima da classe operária, dos camponeses e dos demais trabalhadores.

Está claro que a perspectiva é de agravamento da crise econômica e social. A monumental dívida pública e a fantástica carga

de juros não só impedem a qualquer governo tomar iniciativa em favor das forças produtivas como empurram o Estado a golpear mais profundamente a vida das massas. Não se pode esperar o arrefecimento da crise política, que no momento está marcada pelas denúncias da tentativa de golpe de Estado, orquestrada por Bolsonaro e sua camarilha militar. É bem provável que no próximo período a crise política será ainda mais potenciada pela crise econômica e pela necessidade dos explorados se defenderem contra a pobreza, miséria e fome.

Nesse marco, a bandeira do Partido Operário Revolucionário de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula reflete a sua justeza. A defesa de um programa de ação, que inclui o combate às contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula, está objetivamente colocada. Trata-se de lutar pelo rompimento das centrais, sindicatos e movimentos populares com o governo petista que serve ao grande capital. A bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, apresenta um caminho de combate as contrarreformas e em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

PELO FIM DA ESCALA 6X1

Reduzir a jornada sem reduzir os salários!

Lutar com os métodos próprios da classe operária:

greves, bloqueios e ocupações!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, contra o pacote de Lula que golpeia o salário mínimo e os direitos trabalhistas

A luta pela redução da jornada de trabalho faz parte da própria história do movimento operário e dos demais trabalhadores. Trata-se de uma expressão direta da batalha entre o capital e o trabalho. As conquistas históricas pela redução do tempo dedicado ao trabalho foram vitórias do movimento em favor dos trabalhadores. O capital por sua vez sempre busca formas de submeter ainda mais o trabalho, aumentando a jornada, criando escalas extenuantes, implementando medidas como banco de horas, atacando as formas de organização coletiva dos trabalhadores, impondo as contrarreformas etc. Como se vê, o capitalismo em decomposição impõe uma taxa de superexploração para proteger o lucro patronal. Essa lei econômica somente pode ser combatida com uma ampla organização de massa.

O movimento atual pelo fim da escala 6x1, que não pode representar menos do que a redução da jornada sem redução dos salários, tem esses contornos. Mas, se é certo que faz parte da luta contra o capital, é igualmente certo que está em disputa pelos setores do movimento que acreditam que essa reivindicação será conquistada no parlamento, através de joguetes institucionais e acordos espúrios, contra aqueles que defendem a ampliação da luta com os métodos próprios da classe operária e demais trabalhadores, como forma de subordinar os representantes da burguesia na Câmara e no Congresso aos interesses dos explorados.

Em seus materiais, o POR tem insistido numa premissa básica da luta de classes, o parlamento deve se sujeitar ao movimento nas ruas e não o contrário. Desgraçadamente, aqueles que têm encabeçado a proposta, PSOL e setores parlamentares do PT e PCdoB, fazem exatamente o contrário. Um exemplo disso está na decisão de Erika Hilton de não protocolar a PEC neste ano de 2024, pois a presidenta bolsonarista da CCJ, Caroline De Toni (PL-SC), con-

trária à proposta, poderia apresentar bloqueio político à tramitação. Assim, aguarda a troca no comando da Câmara e na CCJ, que acontecerá em fevereiro. Em acordo com essa atuação servil, o PSOL não chamou manifestações de rua desde 15 de novembro.

O Ministro do Trabalho, Marinho (PT), em relação a esse tema, teve uma posição à direita de Alckmin, que defendeu a proposta alegando que cabia ao Parlamento aprovar. Marinho, por sua vez, foi contrário a uma aprovação geral do fim da escala 6x1, e defendeu que se realizassem negociações separadas entre os sindicatos e patrões, aceitando assim a lógica geral da reforma trabalhista de fragmentar os Acordos Coletivos. Já o ex-sindicalista Lula segue em silêncio sobre o principal problema do momento envolvendo o trabalho no país.

O patronato já chantageia a população explorada com a ideia de que os custos de produção ou de atendimento dos serviços vão aumentar e deverão ser repassados aos consumidores, o que deve impulsionar a inflação. As direções sindicais pouco fazem além do apoio passivo nas redes sociais. Nas fábricas, a escala 6x1 é amplamente rechaçada pelos operários. Nesta semana, durante a distribuição do boletim Nossa Classe numa fábrica de laticínios, um operário falou: “com essa escala fico mais tempo de uniforme do que com minha família!”, enquanto uma operária falou logo em seguida: “essa escala não é coisa de Deus!”. Essas e outras manifestações dos operários estão em contradição com a paralisia dos sindicatos em relação a um problema tão grave e profundo como esse. Merece destaque o caso da greve dos trabalhadores da PepsiCo contra a escala 6x1 e 6x2 (nova escala proposta pela empresa). Teve o mérito de mostrar o caminho da luta para conquistar a redução da jornada e o fim das escalas escravizantes. Mas ficou isolada. As centrais sindicais apareciam nas assembleias para fazer

declarações, mas não mobilizaram suas bases, não chamaram as assembleias, e, assim, não ofereceram o apoio concreto que os grevistas precisavam em sua luta.

O caso do supermercado Záfari também expõe a crueldade da burguesia e a traição da burocracia sindical. A empresa tem sido denunciada pela utilização de escalas de até 10x1. Um ex-funcionário da empresa denunciou virtualmente: “Experiência ruim. Trabalho escravo. E remuneração miserável. O engraçado é que o ministério de trabalho não faz um controle.” Essas condições de exploração, que segundo a própria justiça burguesa do trabalho pode ser considerada “trabalho análogo à escravidão”, foram acordadas entre o sindicato e a empresa, o que evidencia o servilismo e corrompimento da direção sindical que deveria defender o trabalhador. O Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre (Sindec-POA) aceitou, em acordo com a empresa, a tal escala. Na prática, é esse tipo de negociação que defende o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

A superexploração do trabalho no Brasil teve grande impulso com a aprovação da contrarreforma trabalhista no Governo Temer. Bolsonaro ampliou os ataques com a contrarreforma previdenciária e outras medidas. O Governo Lula, mostrou ser de continuidade aos governos anteriores nos aspectos econômicos fundamentais: manteve as contrarreformas aprovadas e está agora realizando a sua própria, o pacote de ajustes apresentado pelo Ministro da Fazenda Haddad e do Planejamento, Tebet, com aprovação de Lula. Esse pacote ataca profundamente os explorados e despeja ainda mais sobre as costas dos trabalhadores os custos parasitários da dívida pública. O pacote tem a função principal de cumprir as metas do Arcabouço Fiscal, que não é mais do que o Teto de Gastos de Temer com nova roupagem. As medidas essenciais do pacote são, os cortes na saúde e educação, a redução no número de beneficiários do BPC e do Abono Salarial, além do ataque ao salário mínimo, limitando seu aumento a 2,5%. É importante lembrar que o pacote foi lançado pelo governo poucos dias depois do anúncio de arrecadação recorde no mês de outubro. O que explica um governo que bate recorde de arrecadação precisar cortar na carne do trabalhador? O compromisso de um governo burguês de garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, uma dívida que sequer retorna para investimentos, como mostrou o relatório do TCU de 2018, ou seja, serve essencialmente para remunerar banqueiros.

A luta contra a escala 6x1, deve estar intimamente ligada à luta contra o pacote do governo Lula. Fazem parte de uma só resposta necessária dos trabalhadores contra a sanha do capital de ampliar suas margens de lucro. Os ajustes do governo vão recair de forma mais pesada sobre os trabalhadores mais explorados, que dependem do Abono, do BPC e recebem salário mínimo (ou tem seu salário vinculado a ele). Grande parte daqueles que estão na escala 6x1, seja do setor de serviços, seja do amplo contingente da classe operária, sofrerão os efeitos dessa contrarreforma de Lula. Eis a razão para a unificação dessas lutas.

A atual luta pelo fim da escala 6x1, ainda tem um longo caminho pela frente. É tempo de defender junto aos trabalhadores a escala móvel de trabalho, com divisão das horas necessárias entre todos aptos ao trabalho, respondendo assim ao problema crônico do desemprego e da informalidade. É tempo de defender o salário mínimo vital, suficiente para sustentar uma família trabalhadora, ajustado de acordo com o aumento da carestia de vida, que segundo o DIEESE está hoje em R\$ 6.959,31. As bandeiras históricas da classe operária, que expressam a luta de morte entre o capital e o trabalho, devem ser amplamente propagadas entre as massas, especialmente no momento em que discutem o problema da exploração.

É tarefa da vanguarda com consciência de classe combater os desvios para as disputas parlamentares. E é tarefa da classe operária e demais explorados fortalecer a ação direta coletiva, como no exemplo dos trabalhadores da PepsiCo, para impor suas reivindicações ao parlamento burguês corrompido. Faz parte desse movimento a unificação das lutas contra o pacote de cortes de recursos e direitos do Governo Lula e pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, mantidas no atual governo, bem como a reivindicação de fim das terceirizações e privatizações. O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com o governo burguês de Lula, ergam a bandeira da independência de classe e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua.

Pelo fim da escala 6x1!

Pela redução da jornada sem redução dos salários!

Pela convocação de um dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios, como forma de preparar a greve geral e conduzir esse movimento até a vitória!

Ato pelo fim da escala 6x1 na capital paulista

O dia 20/12, dia nacional de mobilização contra a superexploração da escala 6x1, contou com atividades em algumas cidades do país. Em São Paulo, houve uma preparação através de reuniões virtuais, contando com várias organizações. É importante notar que se deu uma divisão entre o movimento VAT (Vida Além do Trabalho) e correntes de esquerda, sendo que estas acusam o VAT de expulsá-las. O POR vinha realizando a sua campanha pela diminuição da jornada, sem redução dos salários, ligando a bandeira de fim da 6x1 às demais reivindicações em defesa das condições de trabalho, contra a exploração capitalista, tendo se incorporado à frente após a referida ruptura.

Marcada a atividade no Memorial da América Latina, a militância porista compareceu, de modo a impulsionar essa importante mobilização. Levou seu manifesto, seu jornal e fez uma agitação frentista na estação Barra Funda. Outra parte das correntes se dirigiu ao Shopping Bourbon, para realizar uma ação de protesto contra a rede Záfari, acusada de aplicar a abjeta escala 10x1. O movimento terá ainda de fazer um balanço desse processo, discutindo o problema da tática, de modo a evitar a fragmentação das forças.

De qualquer modo, foi positiva a decisão de realizar uma ação

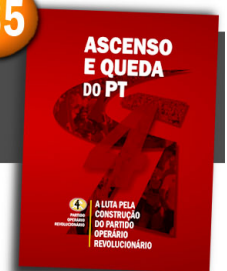
conjunta nacionalmente. Durante a agitação e panfletagem na estação Barra Funda, foi possível perceber a simpatia dos trabalhadores em geral. Trata-se de uma bandeira com enorme potencial de mobilização, pois expressa a insatisfação dos explorados com a superexploração, acirrada após a contrarreforma trabalhista, aprovada ainda no governo de ditadura civil de Temer. O que se trata agora é de corrigir os erros, aperfeiçoar os métodos de combate, pressionar os sindicatos e centrais para que se incorporem e continuar as ações de agitação e propaganda pelo fim da 6x1.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Ato em Recife pelo fim da escala 6x1

Aconteceu em Recife, no dia 20, uma manifestação com panfletagens e bloqueios em ruas e avenidas pelo fim da escala 6x1. O ato chamou os trabalhadores a lutarem pela redução da jornada, sem redução dos salários.

A militância do POR esteve presente com seu manifesto, aler-

tando para a armadilha de canalizar essa luta para o parlamento. Só os métodos de ação direta coletiva serão capazes de levar os trabalhadores à vitória. Chamou a atenção a ausência do sindicato dos comerciários e das centrais sindicais. Basta de governismo e burocratização das organizações de massa!

Debate sobre conjuntura nacional no canal Mesa de Debates

Sobre a situação internacional e nacional

A convite do canal Mesa de Debates, o POR participou de um debate com o tema: Conjuntura política nacional, no dia 11 de dezembro. Estiveram presentes um representante do PT, do PCdoB e um professor independente. Os três debatedores solicitaram ao mediador que não fossem os primeiros. O POR, então, ficou com a tarefa de abrir a atividade. Apresentou sua exposição seguindo os seguintes pontos: situação internacional, situação nacional, governo Lula e sua contrarreforma, resposta política e tarefas do movimento.

Sobre a situação internacional, iniciou dizendo que está cada vez mais evidente que o capitalismo adentrou em uma das fases mais avançadas da crise internacional desde a Segunda Guerra Mundial. O imperialismo empurra países e regiões inteiras a conflitos e guerras. Principalmente na Europa, no Oriente Médio e na África. A partilha do mundo do pós-guerra está esgotada. Estamos presenciando a disputa por uma nova partilha. As forças produtivas se chocam com as relações capitalistas de produção e com a camisa de força das fronteiras nacionais. A partir dessas ideias gerais emergem os seguintes problemas principais: a) baixo crescimento tendente a estagnação; b) alta concentração de capital parasitário e monopolista; c) gigantesco endividamento público; d) guerra comercial dos EUA contra China (que deve piorar com Trump); e) aumento do protecionismo das potências (exemplos: Trump/EUA e França com Mercosul); f) escalada militar; g) rebaixamento geral da condição de trabalho e existência das massas; h) aumento das tendências fascistas no mundo todo; i) guerras de dominação: Ucrânia; Gaza; Líbano; Síria.

Infelizmente, devido ao tempo curto, não foi possível desenvolver cada um desses aspectos. Passando em seguida para a situação nacional, a exposição evidenciou o vínculo da decomposição do capitalismo em geral - dos seus efeitos com as guerras e o aumento da opressão e da exploração - com as particularidades dos países de capitalismo atrasado. Assinalou a importância de responder por meio da luta de classes e com o programa da revolução social. Nesse marco, o representante do POR sintetizou a situação geral das massas no Brasil: vivem um período de grande perda de direitos, de arrocho salarial, de avanço da informalidade e da terceirização, além de uma onda privatista etc. Duas questões mereceram destaque: a luta contra a escala 6x1 e a violência policial.

Passou-se então à caracterização do governo Lula e à denúncia de sua contrarreforma, apresentando esse governo como de continuidade dos governos anteriores em seus aspectos econômicos mais importantes: manutenção das contrarreformas, manutenção da terceirização e do salário mínimo miserável e, agora, dando continuidade ao processo de arrocho nas condições de existência das massas com sua própria contrarreforma. O pacote montado pelo ministro Haddad parte das contrarreformas estruturais do último período, ou seja, segue a linha das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Recai sobre a maioria explorada, sobre a maioria assalariada, sobre os aposentados, sobre os pensionistas, sobre os beneficiários dos programas sociais assistenciais.

Foi necessário mostrar que, no momento em que o pacote era lançado, o Banco Central aumentava a taxa Selic de 10,75% para 11,25% (e no dia do debate para 12,25%). O escolhido de Lula, Gabriel Galípolo, se mostrou de acordo, e a União registrava, em outubro, a maior arrecadação da história (desde o início da série histórica no começo dos anos 90). Como explicar isso? Como veremos, essa pergunta ficou sem resposta dos demais debatedores. Nossa resposta foi de que seu fundamento está no comprimento das metas estabelecidas pelo Arcabouço Fiscal, que substituiu o Teto de Gastos de Temer. Trata-se de uma camisa-de-força do orçamento da União. E tem como objetivo principal a garantia do parasitismo financeiro da dívida pública. Nesse sentido, trouxemos alguns dados e análises referentes à dívida pública para fortalecer a argumentação.

A dívida pública é o grande escoadouro das riquezas do país. Com um dos maiores juros do mundo, o Brasil é um paraíso para os parasitas do capital financeiro, para os especuladores. Segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, 1% de aumento da Selic gera R\$ 55 bilhões por ano. Mais do que o pacote de Lula neste ano de 2024. Outra informação importante da mesma entidade é a de que, em 2018, o TCU apresentou um relatório mostrando que, desde os anos 2000, nenhum recurso oriundo da dívida foi destinado para investimentos, servindo essencialmente para a remuneração de banqueiros e grandes especuladores. O pacote de Lula serve ao Arcabouço, e o Arcabouço serve ao pagamento dos juros e amortizações da dívida.

Brevemente, mostramos que o ataque ao salário mínimo, limitado de 0,6% até 2,5% de aumento, protege o capital e sacrifica os assalariados. A economia de R\$ 110 bilhões com a limitação do aumento do salário mínimo representa um terço dos R\$ 330 bilhões que o governo quer economizar até 2030. Apresentamos ainda a ideia de que o governo anexou duas propostas ao pacote para comprar a passividade dos sindicalistas e dos seus apoiadores de esquerda: a isenção para quem recebe salários de até R 5.000,00 e a taxação dos salários acima de R\$ 50.000,00. Ambas com grandes chances de serem barradas no Congresso.

O quarto e último ponto, referente à resposta política e às tarefas do movimento, ficou para a segunda rodada. Passou-se às apresentações dos demais debatedores.

O representante do PT iniciou sua fala respondendo à nossa: "sou totalmente contrário à exposição [do POR] porque esse governo não é nem de Lula, nem de Haddad, é um governo da frente ampla." Fez uma intervenção defensiva, aludindo a uma necessidade das alianças, de formar maioria no Congresso para passar as propostas. Em essência, apresentou o governo Lula como refém da frente ampla e da composição parlamentar. Adiantou a necessidade do movimento pensar nas eleições de 2026. O professor independente tomou a palavra na sequência, mas, em geral, fugiu do tema. Pouco debateu sobre a conjuntura. Gastou a maior parte do seu tempo com definições e explicações históricas sobre a burguesia

sia nacional, os militares, a democracia, o fascismo etc. O mérito de sua intervenção esteve na breve discussão que fez sobre a dívida pública.

O PCdoB iniciou sua apresentação elogiando a exposição do POR sobre o problema internacional e seguiu fazendo sua análise dessa situação. Teceu elogios ao suposto “processo de desenvolvimento de um mundo multipolar”, encabeçado pelo BRICS. Em sua explicação, opôs o “mundo multipolar” ao imperialismo encabeçado pelos EUA. E concluiu que esse mundo seria um mundo “sem imperialismo”. Em seguida, passou a uma digressão filosófica onde explicou que a leitura do PCdoB sobre a situação nacional atravessa três lutas, “nenhuma mais importante que a outra”: a luta ideológica, a luta de massas e a luta institucional, “que é a luta da política, que vai modificar as nossas vidas”. Basta essa apresentação para se ver como o PCdoB está adaptado à democracia burguesa e sua institucionalidade. No afã de criticar a posição do POR, atacou: “discordo completamente de quem está colocando o governo Lula igual ao governo Bolsonaro”. Em nossa réplica apontamos o erro.

Reeditou a falácia de que a eleição de Lula salvou a democracia brasileira. E concluiu com a necessidade de “aumentar a frente ampla”, conversando com outros setores e, além disso, fortalecer a esquerda dentro da frente ampla. Em geral, sua intervenção se remeteu ao bolsonarismo e ao ex-presidente Bolsonaro.

Na segunda rodada, iniciamos expondo o fato de que os debatedores não citaram o pacote do governo Lula em suas intervenções. “É talvez o problema mais importante da luta de classes no país nesse momento e os companheiros evitaram discutir esse problema. E não é por acaso, é porque são base do governo [os dois representantes partidários] e, portanto, estão com a tarefa de defender esse pacote de alguma forma ou evitar o debate ou defender claramente [...]” Mostrou que, ao caracterizar o governo como refém do Congresso, desvia do fato de que o pacote foi apresentado pelo governo, não pelo Congresso. Esclarecemos ainda que não foi falado em nenhum momento que os governos Lula e Bolsonaro são iguais: “Você não vai achar isso em nenhum material do POR, o que falei é que é um governo de continuidade quanto às medidas essenciais econômicas.”

O representante do POR retomou a explicação das relações entre a contrarreforma de Lula/Haddad e o parasitismo da dívida pública, e concluiu com as tarefas do movimento social: organizar um movimento contra o pacote do governo. As bandeiras que poderiam orientar esse movimento são: “Abaixo a contrarreforma de Lula! Pela defesa do programa de reivindicações dos explorados! Pelo salário mínimo vital, suficiente para sustentar uma família trabalhadora! por emprego a todos, redução da jornada, sem redução dos salários! Pela manutenção dos direitos trabalhistas! Pelo não pagamento da dívida pública! Revogação das contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula!”. E sobre essa base, convocar as assembleias para organizar o movimento. Convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações, greves e bloqueios.

A segunda rodada dos demais debatedores se centrou em responder alguns comentários e tentar responder às críticas que fizemos. Se viram obrigados a mencionar rapidamente o problema do pacote. O representante do PT apenas citou a proposta do imposto de renda e da taxa de supersalários. O professor universitário reconheceu que aposta “profundamente” no BRICS. Não citou o pacote e concluiu requeitando a ideia de que o bolsonarismo é o problema principal a ser enfrentado. O PCdoB fez sua exposição final. “O inimigo principal é o fascismo, se equivoca quem acha que é o governo Lula.” Apresentou o que entende como conquistas do governo Lula: redução do garimpo nas terras Yanomamis (sem mencionar o Marco Temporal e ataque do governo ao Ministério dos Povos Indígenas e às greves do IBAMA e ICMBio) e aumento da produção cultural. Com muito cuidado, alegou que o PCdoB se coloca contra “certas posições que o governo colocou dentro do pacote fiscal”. Em seguida, comemorou a não-aprovada medida de isenção do imposto de renda.

O vídeo completo do debate pode ser encontrado no QR Code acima ou na página do POR. Teve o mérito de expor as posições poristas diante das posições que são base do governo Lula. Indica a necessidade de superar o governismo e a conciliação de classes, duas travas reais para o avanço da luta da classe operária e demais trabalhadores.

Campanhas do POR

Partido 


NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Dezembro/2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Vigor

A fábrica de produtos de laticínios está localizada na região central, no bairro Pari, e pertence ao grupo mexicano LALA, fundado 1949. Os militantes distribuíram dois Boletins (novembro e dezembro), que traziam os últimos problemas, como a luta na PepsiCo contra a escala 6x1 e 6x2. Além das notas sobre a superexploração do trabalho e elementos da conjuntura como as novas medidas que serão aplicadas pelo pacote econômico do governo de frente ampla do PT.

A distribuição do Boletim foi bem aceita pelos operários, com pouca recusa, mas percebemos um número menor de operários tanto na entrada como na saída, em uma conversa com um operário, ele nos relatou que, devido ao banco de horas, os horários sofrem alterações, assim, justificando o baixo número de operários naquele momento.

Em outra conversa, os militantes foram informados sobre a escala de jornada de trabalho na fábrica, que opera com duas escalas 6x1 e 5x2. A distribuição contou com a montagem da banca trazendo os jornais Massas, “pirulitos” que traziam as bandeiras da luta contra a escala 6x1 e redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários. Os operários ao perceberem as bandeiras presentes, se manifestaram com certa indignação com a jornada atual da fábrica. Uma operária disse: “Essa escala não é coisa de Deus” - um outro operário explicou: “Com a escala 6x1 fico mais tempo de uniforme do que com minha família”. O POR vê nas indagações feitas pelos operários o instinto de revolta e um potencial para a mobilização na luta por reivindicações de melhores condições de trabalho, como no combate as jornadas exaustivas,

além disso, enxerga uma grande possibilidade de ampliar essa luta para outros setores fabris, unindo os setores de serviços ao setor industrial, criando uma unidade ainda mais forte e estratégica para o enfrentamento das mazelas impostas pelo capitalismo em decomposição.

Esse exemplo evidencia a traição das burocracias sindicais, comprometidas com o governo de frente ampla, em não ampliar a luta, não

convocar as assembleias e não organizar um movimento com os métodos próprios para pôr fim a escravizante jornada de trabalho. A convocação de uma assembleia com essa discussão certamente levaria os operários a rechaçar essa jornada e organizar o combate. Para superar esse problema, é preciso organizar os comitês de fábrica e pressionar as direções sindicais para que saiam da passividade e impulsionem as reivindicações dos trabalhadores.

São Paulo

Realizado o Encontro Operário

No dia 23 de novembro, foi realizado em São Paulo, de forma presencial, o Encontro Operário, que tem como objetivo aproximar os contatos para construir as células fabris e as comissões de luta, classistas e revolucionárias nas fábricas.

Na primeira parte, dedicamos um bom tempo discutindo os contatos feitos nas fábricas e o debate crítico que o partido vem travando sobre: o que mais devemos fazer para penetrar o programa revolucionário no seio da classe operária? Concluimos que é preciso ser ofensivos na agitação, passar de entregas mensais para quinzenal. Em algumas empresas, permitiu à aproximação de contatos, principalmente os trabalhadores terceirizados, que encontram no Nossa Classe um instrumento para denunciar a superexploração a qual estão submetidos no chão de fábrica. No segundo ponto do encontro, debatemos as notas para o Nossa Classe. Aprovamos a campanha contra o fechamento da Avibras, levantando a bandeira da greve com ocupação da fábrica, e a luta pela estatização, sem indenização e sob controle operário. Colocar abaixo o pacote de ataques do governo burguês de Lula aos trabalhadores. No terceiro ponto, realizamos a formação política. Estudamos o capítulo 2 das teses de Pulacayo do POR boliviano, aprovadas no Congresso mineiro em 1946.

O capítulo 2 fundamenta que tipo de revolução está colocada para a Bolívia. Inicia afirmando que os trabalhadores mineiros não objetivam desconsiderar ou saltar as tarefas democrático-burgue-

sas: luta por garantias democráticas elementares e pela revolução agrária anti-imperialista. Nem negamos a existência da pequena burguesia, especialmente dos camponeses e artesãos. Nós apontamos que a revolução democrático-burguesa se você não quiser estrangulá-la deve se tornar apenas em uma fase da revolução proletária. Nós sabemos claramente que a revolução que será democrático-burguesa pelos seus objetivos é apenas um episódio da revolução proletária dirigida pela classe operária. Concluí afirmando que a revolução proletária na Bolívia não significa excluir outras camadas exploradas da nação, mas a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses, artesãos e outros setores da pequena burguesia. A ditadura do proletariado é uma projeção estatal da referida aliança. A consigna da revolução e ditadura do proletariado deixa claro qual classe será dirigente da referida transformação e do referido Estado. Ao contrário, afirma que a revolução democrático-burguesa será feita pelos setores “progressistas” da burguesia e que o futuro Estado incorporará a fórmula de unidade nacional, mostra a firme intenção de estrangular o movimento revolucionário dentro da estrutura da democracia burguesa. Os trabalhadores uma vez no poder não poderão se deter nos limites democrático-burgueses e serão forçados, todos os dias, em maior ou menor medida, para avançar a luta contra o regime de propriedade privada, e assim a revolução adquirirá um caráter permanente.

Milhares de demissões na indústria automobilística europeia mostram o aprofundamento da crise capitalista

Durante os primeiros seis meses de 2024, as empresas europeias do setor automobilístico anunciaram a extinção de cerca de 32.000 empregos. Alemanha, que depende em grande medida desse setor, está sendo particularmente atingida pelos cortes de empregos e encerramentos de fábricas.

A Bosch — líder do setor entre as empresas fornecedoras — anunciou que vai cortar mais de 12.000 postos de trabalho (7.000 deles na Alemanha), a ZF Friedrichshafen planeja cortar entre 11.000 e 14.000 funcionários até 2028, a Continental planeja dispensar 7.150 trabalhadores (cerca de 3.000 deles na Europa) e a fornecedora de tecnologia automotiva Forvia irá cortar mais de 10.000 empregos na Europa até 2028 (13% da sua força de trabalho total). No total, os maiores fornecedores europeus vão cortar cerca de 50 mil empregos em todo o mundo em 2024, dos quais pelo menos 10 mil estão na Alemanha e outros 10 mil no restante da Europa.

De acordo com o relatório de outubro da Associação Europeia de Fornecedores Automotivos, a indústria perdeu cerca de 86 mil empregos desde 2020. De acordo com os dirigentes patronais, trata-se de um “um claro sinal de alarme” para a indústria automotiva — que é “a pedra angular da economia europeia” — e, conseqüentemente, “a Europa corre o risco de perder sua liderança no setor automotivo”.

Mas não são apenas os fornecedores que estão em apuros. O mesmo se observa nas empresas fabricantes de automóveis, pois, devido ao aumento dos preços da energia (causado pela rejeição do petróleo e gás russo devido às sanções contra Moscou) e à diminuição da disponibilidade de matérias-primas, “o futuro de muitas fábricas no setor automotivo está ou estará ameaçado”. É o caso da Volkswagen, cujos resultados financeiros do terceiro trimestre de 2024 caíram para níveis “não vistos desde a pandemia”. Por outro lado, espreita a crescente pressão das empresas chinesas, cada vez mais dinâmicas na conquista do mercado europeu. Finalmente, há muitos indícios de que existe a possibilidade de uma nova onda da chamada “crise dos semicondutores”, que há três anos já impediu que dezenas de milhares de carros saíssem das fábricas.

É precisamente a crise, que se manifesta em forma de queda na lucratividade das empresas chaves nos países imperialistas e leva à demissão em massa de operários e outros trabalhadores, o que torna particularmente convulsiva a situação global, acirra a guerra comercial e coloca a humanidade à beira de uma catástrofe generalizada.

Rio de Janeiro

Morte de trabalhador reflete o descaso da saúde

No dia 13 de dezembro de 2024, o garçom José Augusto deu entrada na UPA (Unidade de pronto atendimento) da Cidade de Deus, precisando urgentemente de cuidados, porém a demora foi tanta que o rapaz acabou falecendo de parada cardiorrespiratória sentado na cadeira, esperando atendimento. De acordo com o pai do rapaz, ele chegou ao local gritando de dor e implorando por atendimento, porém ninguém que estava presente prestou socorro ao rapaz.

A repercussão do caso foi tanta que no dia 17 a prefeitura do RJ acabou demitindo os 20 profissionais que estavam de plantão na hora do ocorrido. O descaso com a saúde na capital fluminense não é novo, uma vez que, no final de 2022, o governo cortou R\$1,5 bilhão que seria destinado à saúde, causando o fechamento de mais de 700 leitos em hospitais importantes espalhados por toda a cidade.

Na esteira desses ataques, em maio de 2024, os profissionais da saúde entraram em greve por melhores condições de trabalho e plano de carreira uma vez que, durante a pandemia, a fragilidade do sistema público foi superdimensionado. Esse enfraquecimento dos hospitais públicos tem um único objetivo, jogar a população no colo do setor privado e perpetuar a barbárie sobre a maioria oprimida.

O ex-governador do Rio de Janeiro, Pezão, quando foi diagnosticado com câncer foi se tratar no Hospital Albert Einstein, o atual prefeito Eduardo Paes quando teve problemas renais se internou

no Hospital Copa Star, o presidente Lula após sofrer um acidente correu para o Sírío Libanês. E quem é pobre, faz o que? Morre! Morre esperando atendimento, morre esperando uma cirurgia, morre na fila do transplante, morre pela falta de médicos. Informação essa embasada em dados, visto que estudos recentes mostram que o Brasil tem 153 mil mortes por ano por causa de atendimento de má qualidade.

Faltam cadeiras de roda, medicamentos, gases, esparadrapo, fraldas, anticoncepcionais e uma infinidade de outros materiais básicos. Isso é só um reflexo da profunda crise na saúde do município e no estado do Rio de Janeiro. No caso do rapaz, houve negligência por parte dos profissionais da UPA, porém precisamos compreender que o problema é muito mais profundo, e que não é demitindo profissionais da saúde que se vai resolver o problema. Os governantes atribuem aos funcionários da UPA a responsabilidade pela morte do rapaz, quando os verdadeiros responsáveis são os que estão cortando recursos e precarizando as condições de trabalho dos funcionários da saúde.

O descaso dos governantes para com a saúde pública tem de ser respondido com os métodos dos explorados. Está aí por que a Corrente Proletária/POR vem insistindo junto aos sindicatos e centrais para que convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e a saúde pública. Nenhuma demissão é justificada quando o verdadeiro culpado da morte de José Augusto é ninguém menos que o Estado burguês.

Rio Grande do Norte

Funcionalismo se mobiliza por recomposição salarial, em meio à divisão interburguesa em torno ao aumento do ICMS

Nos dias 11, 17 e 18 de dezembro, o funcionalismo público do RN realizou atos na Assembleia Legislativa, para reivindicar a aprovação da lei da recomposição salarial para 2025.

O governo Fátima (PT/MDB), argumentando a crise fiscal do estado, havia condicionado a mísera recomposição salarial de 2,61% ao aumento da alíquota do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) de 18% para 20%, para cobrir um impacto orçamentário dos reajustes das categorias.

Nas últimas semanas, a direção do Sinte-RN (PT), incorporou a política do governo e passou a fazer uma campanha de denúncia e mobilização do funcionalismo em torno não só da recomposição salarial, mas principalmente do aumento da alíquota do ICMS, alertando os servidores de que, sem isso, não seria possível o reajuste.

A direção do Sinte-RN passou a reproduzir os argumentos do governo de que, mesmo com a alíquota de 18%, a menor do Nordeste, os empresários não baixaram os preços, pelo contrário, aumentaram. E que, caso o RN não aumentasse o imposto, seria prejudicado nos cálculos da distribuição do novo IVA da Reforma Tributária.

A oposição burguesa (direita e ultradireita), junto às federações da indústria (Fiern) e comércio (Fecomércio), por outro lado, iniciaram uma campanha de desgaste do governo perante as massas, hipocritamente se colocando em defesa dos trabalhadores e pequenos comerciantes que sofrem com a carga dos impostos indiretos sobre o consumo.

Houve uma divisão interburguesa, a que a direção do Sinte-RN chamou os trabalhadores a estar ao lado do governo do PT contra a campanha teatral da oposição burguesa, ao que a direção do Sinte

(PT) chamou de "luta de classes". Finalmente, no dia 17/12, com 12 votos a favor e 10 contra, aprovou-se o aumento do ICMS de 18% para 20%. No dia seguinte, a lei da recomposição do funcionalismo foi aprovada por unanimidade.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) participou dos atos denunciando o ataque do governo de condicionar a recomposição salarial ao aumento do ICMS. Em primeiro lugar se encontra as condições de vida da família trabalhadora, que mesmo com a ínfima recomposição de 2,61% continuará na miséria.

A crise fiscal do estado de fato existe. Implica diretamente na falta de verbas para financiar os serviços sociais como a saúde, educação e a previdência estadual. Mas essa crise não é responsabilidade dos servidores, muito menos dos demais explorados. O aumento do imposto sobre o consumo (ICMS) apenas distribuirá a crise entre os assalariados e trabalhadores informais do estado, pois é descarregado nos preços dos bens de primeira necessidade.

O parasitismo da dívida pública, que suga a maior parte das riquezas nacionais, e o pacto federativo burguês, que mantém a maioria dos estados em crise e concentra o pouco que resta da riqueza do país nas mãos das multinacionais e dos capitalistas do Sul-Sudeste são as principais causas da crise dos estados.

A crise fiscal do RN e demais estados, portanto, é de responsabilidade dos capitalistas e da União. A falta de orçamento nos estados para os serviços voltados aos explorados, como saúde, educação e previdência, assim como os salários do funcionalismo não tem como ser resolvida nos limites de cada estado. Isso aponta para a necessidade de uma luta nacional unificada do funcionalismo, classe operária e demais explorados contra os capitalistas, o Estado burguês e o parasitismo da dívida pública.

Pernambuco

Balanço da eleição da Adufepe

Com base em aparelhamento e apoio da reitoria, PCdoB se mantém na direção

Oposição obteve mais de 42% dos votos e pretende fortalecer caminho de politização da categoria e combate ao divisionismo sindical

Nos dias 09 e 10 de dezembro, aconteceram as eleições para a nova diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe). Concorreram ao pleito a Chapa 1 – Adufepe sindicato plural e democrático e a Chapa 2 – Retomar a Luta: Adufepe em defesa da Universidade Pública. A chapa 1, de continuidade do grupo político do PCdoB, que há 16 anos ininterruptos está à frente da entidade, venceu com 719 votos (56%). A chapa 2 foi uma frente que expressou o movimento de grevista, agregando as pessoas ativas no Comando Local de Greve (CLG) sendo a maioria de independentes, mas contando também com integrantes da Rede, Corrente Proletária na Educação - CPE/POR, PCB, PT e PSOL. A conquista de 532 votos é significativa. Pouco mais de metade dos sindicalizados votaram.

Do ponto de vista político, o PCdoB deu continuidade ao trabalho divisionista, isolacionista e corporativista à sombra da federação Proifes, criada no primeiro mandato de Lula para quebrar a resistência do sindicato nacional docente. Há oito anos, o PCdoB deixou de fazer os repasses financeiros ao ANDES-SN e foi transformando a seção sindical em uma associação recreativa e beneficente, com inúmeros serviços e festas cada vez mais caras. No último biênio, criaram um plano de saúde usando mais de R\$ 2 milhões da seção sindical. Com a pandemia, encontraram o terreno propício para virtualizar o sindicato, ampliando a burocratização, com importantes decisões tomadas em plebiscitos online, à revelia do estatuto e regimento.

A chapa 1 expressou abertamente o governismo e o entrelaçamento com a burocracia universitária, recebendo o apoio da reitoria, irradiado por meio de vários diretores de centro e cargos comissionados. Em seu fundamento, a chapa de continuidade expressa a linha de mercantilização e precarização da Educação pública, recebeu o apoio do ex-reitor Mozart Neves, da coalização empresarial “Todos pela Educação”, convidado inicialmente para ser ministro de Bolsonaro. Ao imobilizar o movimento docente, em última instância, o PCdoB contribui para que os planos do capital financeiro se imponham sem resistências, ampliando a composição privada do Ensino Superior e favorecendo a privatização interna, associada à precarização.

A oposição expressou uma trincheira em defesa da Universidade Pública, dos salários, aposentadorias, condições de trabalho, direitos sociais, do sindicalismo classista e dos métodos históricos de deliberação e de luta dos trabalhadores. Teve como bandeira a retomada plena dos vínculos com o ANDES-SN, do qual a Adufepe é uma seção sindical. Essa defesa foi também uma fronteira, agregando todos os que atuam dentro do sindicato nacional. Não tivemos na chapa integrantes da corrente do Renova Andes (PT), mas recebemos apoios, sem nenhuma contrapartida. O vínculo com o ANDES-SN ainda não foi legalmente rompido, e tem sido mantido com um grande esforço a partir das bases, com um protagonismo da CPE para viabilizar as assembleias via secretaria regional do ANDES, mantendo a participação da UFPE nos Congressos do sindicato nacional.

A democracia operária foi garantida no processo de construção da chapa. Encerrada a greve, convocamos as plenárias abertas da oposição, onde tudo foi debatido e deliberado, carta-programa, propostas e composição da chapa. Conquistamos uma forte coesão do grupo, demonstrada em seu trabalho de comunicação, articulação e mobilização. A Chapa 2 defendeu a independência perante governos e reitorias, alertou a categoria sobre os ataques que têm sido promovidos pelo capital financeiro e executados por governos de diferentes matizes políticos: FHC, Lula, Dilma, Temer ou Bolsonaro. A chapa foi presidida pelo ex-deputado federal Paulo Rubem Santiago (que exerceu seus mandatos pelo PT e, posteriormente PDT), mas a mensagem passada foi de confiança nos métodos de luta, inclusive apoiando-se na experiência parlamentar para dizer que o que é capaz de defender os direitos é o movimento nas ruas.

Houve dois níveis de campanha: uma visível, presente nos materiais de comunicação, faixas, cartazes, panfletagens, debates e passagem por centros e departamentos e outra subterrânea, ativada pelos vínculos de poder, pela propagação de distorções e mentiras sobre o ANDES e o Comando de Greve, amplificada pelo aparelhamento da entidade. Na campanha visível tivemos grande vantagem, demonstrando superioridade nos três debates e forte iniciativa de mobilização. Venceu, porém a campanha subterrânea. Recebemos denúncias de que o setor jurídico do sindicato estava pedindo votos para a chapa 1 e de que a militância da UJS estava ligando para os docentes em nome da Adufepe, convidando para a festa de fim de ano e pedindo votos. O aparelhamento se manifesta de forma mais acentuada entre os aposentados. Infelizmente, a comissão eleitoral não forneceu dados da votação por centro, departamento e distinguindo professores da ativa e aposentados, o que dificulta o mapeamento mais preciso da penetração de cada chapa. Dos 2.379 sindicalizados, quase mil são aposentados. Com base na lei de proteção de dados, a diretoria dificulta o contato da oposição com esse contingente, ao mesmo tempo em que utiliza oficial e extraoficialmente essas informações para manter um vínculo permanente, fornecendo uma visão unilateral sobre o movimento sindical.

O PCdoB vem promovendo um ataque sistemático ao sindicato nacional. Apoiou-se no erro cometido pelo ANDES, promovido pela diretoria da época, de não combater o golpe contra Dilma, em 2016, para responsabilizar a entidade pela deposição da ex-presidenta. Explicamos incansavelmente a diferença entre a diretoria e a entidade e demonstramos que os integrantes da Chapa 2 estiveram na linha de frente do combate ao golpe. Defendemos que o golpismo de ontem e de hoje deve ser combatido com independência, sem abrir mão da defesa dos direitos. Nós, da CPE, na época do golpe, combatemos a posição da diretoria do ANDES, aprovada em seu congresso e a caracterizamos como um “erro brutal”. Porém, vindo do PCdoB, essa denúncia não passa de um pretexto, uma vez que esse partido nunca se separou do PSB, que votou a favor do golpe, compartilhando o poder na prefeitura do Recife e governadoria de Pernambuco. Outro ponto onde concentraram a

artilharia foi em relação ao Reuni, com a ideia de que o ANDES era contrário à expansão, interiorização e, portanto, aos empregos dos professores do interior. Demonstramos que a defesa da expansão se dá junto com a garantia de financiamento integral das novas unidades de ensino, exemplificando com a atual precarização do Campus de Vitória de Santo Antão, que tem cursos de Educação Física, mas não tem quadra própria. Apontamos também o recente anúncio do governo federal de um novo campus da UFPE, junto com mais de 100 outros campi de universidades e institutos federais no país, enquanto a rede existente sobrevive com um orçamento equivalente a 32% do que recebia em 2013, chegando ao extremo do corte de água e luz na UFRJ.

Com a continuidade do PCdoB à frente da Adufepe, em uma eleição acirrada e disputada, a “nova” diretoria deve buscar aprofundar a virtualização, fortalecer o caráter assistencial, blindando o plano de saúde, e aprovar de forma ilegal a mudança regimental, rompendo o vínculo formal com o ANDES-SN. Tentará fazer isso por meio de um plebiscito online, usando os contatos telefônicos para persuadir cada docente em ligações, assim como fez com a votação prolongada por dias que fundamentou a criação do plano de saúde. A oposição se renovou muito na greve, mas precisa fazer um balanço rigoroso da atuação nos últimos anos para estar à altura das difíceis tarefas que nos aguardam.

Nós da CPE, estamos presentes na UFPE desde 2016, quando nos integramos na greve docente e no apoio às ocupações estudantis contra a PEC do teto dos gastos, contrarreformas e novo ensino médio. Passamos a construir a Graúna, participando da Chapa 3, em 2018, na condição de candidatura a vice. Em 2020, a oposição seguia atuando de forma conjunta. Na véspera da interrupção das aulas, por conta da pandemia, havíamos produzido um boletim chamando para a construção da greve geral do funcionalismo e da educação federal, chamado para 18 de março. Estávamos iniciando a construção de uma nova chapa. A oposição passou a atuar somente por meios virtuais e, ante divergências táticas e políticas, docentes do PSOL atuaram para nos isolar, montaram uma chapa em reuniões secretas. Sem qualquer reunião coletiva,

abandonaram a construção da oposição Graúna e, no lugar, tentaram colocar o coletivo “Em nome da Luta”, cuja existência se limitou à campanha eleitoral.

No pós-pandemia, setores importantes da oposição se adaptaram à virtualidade, mantendo-se online mesmo nas assembleias híbridas. Mantivemos a defesa da presencialidade e insistimos, na necessidade de um balanço da oposição e continuidade da atuação frentista. Por nossa iniciativa, foram realizadas assembleias para participação nos Congressos do ANDES-SN, onde militantes das correntes participavam, elegiam seus delegados, mas passado o congresso não se empenhavam em se reunir e coordenar a ação conjunta. Como sintoma da desagregação, parte dos docentes oposicionistas se desfilou e chegamos ao cúmulo de, na eleição de 2022, nem mesmo inscrever chapa. Somente com a greve foi possível elevar o patamar organizativo. A falta de um trabalho continuado, porém, pesou em nosso resultado atual. O PCdoB vai sedimentando suas deformações, mentiras e concepção de sindicalismo assistencial e corporativo. Só podemos fazer frente a essa burocracia que se agiganta com um trabalho tenaz, paciente e unificado por meio da democracia das plenárias da oposição.

No dia 12/12 tivemos assembleia, via regional, para a eleição de delegados ao Congresso do ANDES-SN. Mesmo sem ser uma assembleia cheia, foi possível debater aspectos do temário e eleger a delegação de dez docentes. Haverá eleição para o ANDES-SN, em 2025, e a oposição na UFPE terá que lidar com as diferenças e disputas que atravessam o movimento nacional ao mesmo tempo em que precisarão soldar uma unidade férrea ante os ataques do PCdoB. Rejeitamos, de antemão, a tentativa de atribuir aos grupos oposicionistas no ANDES-SN um papel de enfraquecer a unidade da oposição na UFPE. A trajetória militante da CPE testemunha nosso compromisso com a construção da oposição de forma democrática e consequente. Seguiremos batalhando para manter a oposição coesa, ativa e mobilizada, para combater o divisionismo proificista, e integrar os docentes da UFPE às lutas do movimento nacional, fortalecer a unidade com técnicos e estudantes e com os demais trabalhadores.

Rondônia

Balanço do XIX Contrasef do Sindsef

Entre os dias 16 e 18 de dezembro, na cidade de Ji-Paraná, aconteceu o XIX Congresso dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – CONTRASEF/RO, com o slogan “A Luta continua por Respeito e Garantia dos Nossos Direitos”. O Congresso contou com a presença de aproximadamente 170 delegados.

No dia 16, após o credenciamento dos delegados e aprovação do regimento, foram abordados os temas de conjuntura política e sindical; origem da organização sindical e do SINDSEF e conquistas sindicais, conjuntura econômica e seus reflexos para o serviço público. Todos os palestrantes estavam ligados ao corpo diretivo, jurídico, burocratas do estado e assessores do senador Randolph Rodrigues, que representa o Estado do Amapá. Dessa maneira, os delegados de base foram submetidos à linha burocrático-parlamentar das direções sindicais. A escolha dos palestrantes foi a demonstração do quanto os sindicatos estão à mercê da política de conciliação de classes.

Na manhã do dia 17, aconteceu a defesa de teses estatutárias, que não contavam com propostas da base, salvo uma de um ex-dirigente que individualmente apresentou contrapropostas. Todas as teses foram estatutárias e divulgadas por indicação da diretoria sem apresentação prévia para a base, que poderia acontecer em encontros de formação ou por meio de um pré-congresso, momen-

to no qual as correntes que intervêm na base poderiam apresentar suas posições.

A escolha de delegados aconteceu no espaço que antecederam o congresso, entre 15 e 30 dias, período insuficiente para propostas de teses de correntes que se opõem às das direções. Os encontros para orientar a base por intermédio de pré-congresso, certamente, possibilitaria a politização do Congresso. O que colocaria também o Congresso no terreno da democracia sindical.

Na tarde do dia 17, os debates foram sobre “Análise de Conjuntura Sindical - CONDSEF”. Contou com o palestrante Sérgio Ronaldo da direção do CONDSEF, que demonstrou como é organizada a luta nacional com a finalidade de unificação dos servidores federais. Tanto os assessores do senador Randolph, quanto Ronaldo, estavam a serviço da defesa da conciliação de classes.

O Congresso esteve à margem dos grandes problemas internacionais e nacionais. Não houve discussões sobre as guerras de dominação que ocorrem na Ucrânia, Faixa de Gaza-Líbano e a queda do governo sírio. Por isso, não havia nenhuma bandeira contra o genocídio do povo palestino e contra a barbárie social, que vem tomando conta do mundo, que resultasse em mobilização dos servidores e de seus sindicatos.

Essa conduta do sindicato, em torno dos aspectos apontados, foi rechaçada pela militância da Corrente Proletária da Educação/POR e por poucos membros da base de outras orientações programáticas. Mas, predominou a posição de continuar colocando nas mãos dos parlamentares as respostas em defesa dos serviços essenciais, contra os cortes de recursos e fundamentalmente nesse momento contra o pacote de medidas do governo Lula.

Dentre as propostas estatutárias, a Corrente Proletária defendeu que o fundo destinado às lutas por parte das entidades passasse de 7% para 10%. A proposta da burocracia de assistencialismo foi rejeitada, no entanto, o aumento do valor do fundo para as lutas não foi aprovado.

Como se vê, o Congresso foi antidemocrático e submetido à linha política das burocracias sindicais, que é de conciliação de classes. Os delegados de base puderam presenciar o quanto os sindicatos estão nas mãos dos parlamentares e assessores. Lamentavelmente, o Congresso não aprovou um plano de luta capaz de impulsionar o combate às duras medidas dos governantes. Mas a vanguarda consciente saiu do Congresso com uma tarefa: organizar uma oposição sindical classista, sobre a base da independência política diante dos governos, visando recuperar os sindicatos para a luta.

Teses da Corrente Proletária na Educação para o 43º Congresso do ANDES-SN

De 27 a 31 de janeiro, acontecerá o 43º Congresso do ANDES-SN, em Vitória-ES. A CPE/POR participará com delegados e observadores e inscreveu teses para os quatro pontos do temário. Destacamos alguns pontos:

Conjuntura: “Abaixo o pacote de Lula! Impulsionar a luta anti-imperialista!”

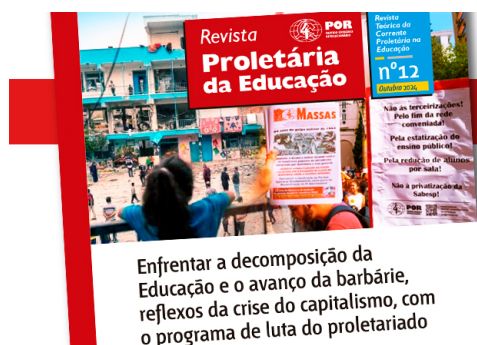
Caracterizamos as tendências fascizantes manifestadas na vitória de Trump e a expansão das tendências bélicas a patamares superiores, na Ucrânia, África e Oriente Médio. Desenvolvemos a resposta do internacionalismo proletário por uma Palestina una e socialista, que constitua, por meio das revoluções proletárias, uma União de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio. Destacamos o apodrecimento da democracia burguesa, com forte instabilidade e golpes, a exemplo da Coreia do Sul e, anteriormente, na Bolívia.

A “Operação Contragolpe” revelou uma conspiração para assassinar Lula e confirmou que o 8 de janeiro de 2022 foi uma tentativa de golpe fracassada. O indiciamento de 37 envolvidos, dentre eles Bolsonaro e 25 militares tende a agravar a crise política. Concluímos: “O desafio posto pela conjuntura é o de organizar um forte movimento para derrubar o pacote de contrarreformas de Lula. Pela defesa do programa de reivindicações dos explorados! Pelo salário mínimo vital que atenda às necessidades da família trabalhadora! Pelo fim da Escala 6x1! Por empregos a todos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários! Pela manutenção dos direitos trabalhistas! Faz parte dessa luta as bandeiras: Pelo não pagamento da dívida pública! Pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro! Sobre essa base, convocar as assembleias e organizar os comitês de frente única. Exigir que a campanha se inicie com a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua. O caminho é o da preparação de uma greve geral para pôr abaixo as contrarreformas e defender o programa de reivindicações da maioria explorada”.

“As reivindicações da classe operária, funcionalismo público e outros trabalhadores se confrontam com o controle do imperialismo sobre o nosso país, com as imposições em nome da sustentação da dívida pública, que resulta em privatizações, cortes de direitos e arrocho salarial. É preciso conectar nossas lutas cotidianas com as bandeiras anti-imperialistas de autodeterminação dos povos, fim do genocídio do povo palestino e fora o imperialismo do Oriente Médio”.

Política educacional: defesa do programa de estatização da rede privada

A tese parte da caracterização do avanço da privatização da educação no Brasil, com destaque para os leilões de lotes de escolas em São Paulo e a implementação de Parcerias Público-Privadas no Paraná, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. A mercantilização, desnacionalização e oligopolização da educação superior privada, favorecida pelo Prouni e FIES, resultou num quadro em que 88% das instituições de ensino superior sejam privadas, com 78% das matrículas. Nas instituições públicas, o privatismo avança por meio das fundações, cursos pagos, instalação de empresas privadas no espaço das universidades, terceirização, a impregnação do gerencialismo e produtivismo. Reafirma-se a necessidade da conexão entre (1) a perspectiva histórica de defesa de um sistema público, único, universal e gratuito de ensino, com financiamento integral do Estado, e (2) a adoção de um programa de luta contra o privatismo que rompa com a defesa da coexistência entre ensino público e privado que impregna a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, consubstanciada no chamado Caderno 2. Com base em uma rigorosa crítica programática, propomos “que



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.

o ANDES-SN combata a destruição da Educação Pública (em todos os níveis) com o programa de estatização, sem indenização, da rede privada de ensino e constituição de um sistema único, público, gratuito e sob o controle dos que estudam e trabalham”.

Plano de luta das federais: por salários e orçamento, contra a reforma administrativa

Chegamos ao final de 2024, com grandes incertezas quanto ao cumprimento do acordo de greve firmado com o governo; movimentações da reforma administrativa de forma sorrateira, por meio do judiciário e executivo, com ameaças de tramitação no parlamento; e com a proposta de um pacote de contrarreformas por parte do Governo Lula, que, em seu fundamento, tem impactos sobre a maioria que depende do salário mínimo e programas assistenciais, assim como sobre o funcionalismo público, com limites quanto aos reajustes e concursos. Os recursos anunciados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em meio à greve, foram dados com uma mão e retirados com a outra, mantendo-se o estrangulamento orçamentário a ponto de inviabilizar o funcionamento de algumas instituições, como a UFRJ, que passou por cortes de água, luz, contratos de terceirizados, levando alguns cursos a nem abrirem vagas para o próximo semestre. As condições de trabalho estão cada vez mais deterioradas. Com a tarefa de recuperar nossa capacidade de mobilização, a tese traz um balanço da greve da Educação Federal e destaca o papel das direções governistas no desmantelamento do movimento.

Destacamos as greves do funcionalismo que se ergueram, mas foram mantidas isoladas (servidores ambientais, INSS, saúde federal do RJ, IBGE) e a greve em curso dos auditores fiscais. A reforma administrativa tem sido implementada desde 2023 por meio de medidas infraconstitucionais. Dos 30 acordos de carreira fechados pelo Ministério de Gestão, até o fim de agosto, 12 aumentaram os degraus até o topo da carreira, passando, em alguns casos, de 13 para 20 anos. Outras categorias tiveram redução dos salários de ingresso.

Depois de dismantelar a greve, as direções sindicais chamam dias de paralisação para pressionar o governo a cumprir o acordo, porém, sem uma real mobilização. Levamos ao 67º CONAD, em julho, propostas de mobilização para o segundo semestre de 2024 que foram atacadas por diretores do ANDES-SN. A proposta de construção de um ato nacional da Educação, em agosto, próximo do dia do estudante foi combatida, mas dias depois a diretoria improvisou o chamado à adesão a manifestações chamadas pela UNE. Sem preparação pela base e a articulação entre docentes e

estudantes, os atos não tiveram força, a pauta se centrou em uma crítica unilateral do Banco Central. A necessidade de provocar as centrais sindicais e demais sindicatos para um verdadeiro dia nacional de lutas, permanece vigente. Essas propostas esbarram, porém, na política governista e eleitoreira. Tem sido recorrente o argumento de arrefecer as lutas para não enfrentar o “fascismo”. Afirmamos em nossa tese: “Enfrentar a ultradireita não pode ser confundido com a blindagem do governo. Pelo contrário, é na luta em defesa das reivindicações e na unidade dos trabalhadores e juventude, com seus métodos próprios, que poderemos nos fortalecer para enfrentar as tendências fascistas que se manifestam na política. Abre-se espaço, portanto, para o desenvolvimento de uma oposição revolucionária, à esquerda, que não siga alimentando as ilusões na institucionalidade, mas que se vincule com a luta pelo socialismo”.

Propomos 1) “que as seções sindicais enviem esforços para construir ou fortalecer (onde já existem) os comitês de mobilização, convidando as entidades representativas dos técnico-administrativos e dos estudantes das IFEs a se somarem. Nas localidades onde existem mais de uma instituição federal de educação, buscar integrá-las em comitês municipais ou estaduais”; 2) “que a diretoria do ANDES-SN faça um chamado público às centrais sindicais e demais sindicatos pela convocatória de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e ações de rua, em defesa dos empregos, dos direitos, contra os cortes na educação, derrubada da Reforma Administrativa e do pacote de contrarreformas do governo Lula”.

Questões Organizativas: Em defesa da proporcionalidade

Nesse tema, defendemos que os sindicatos, como organismos de frente única, devem expressar a diversidade existente entre os trabalhadores, por meio da democracia operária. A atual diretoria do ANDES-SN foi eleita com 43,17% dos votos, com apenas 2% a mais que a segunda colocada. Outra configuração da diretoria que distorce a expressão da categoria é a exigência de inscrição de uma chapa com 83 membros, dos quais 72 compõem as Secretarias Regionais. Essas secretarias regionais deveriam ser representativas das regionais, mas, como são eleitas nacionalmente, é comum que a secretaria regional seja ocupada por dirigentes com pouca representatividade naquela base, enfraquecendo sua intervenção real. Diante do exposto apresentamos nossas propostas de mudança estatutária, com base no critério de proporcionalidade qualificada e direta e na separação da eleição da direção nacional e das secretarias regionais.

Rio de Janeiro

Ano letivo termina com fim da greve dos professores da rede Municipal

No dia 17 de dezembro, o SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro) convocou uma plenária, no fim do ano letivo, para discutir sobre os passos para lidar com a aprovação da PL 186, que motivou a greve dos professores, iniciada pouco mais de um mês e finalizada em 9 de dezembro. A plenária não tirou nenhuma ação concreta.

Os professores da rede Municipal entraram em greve contra o PL 186 e a Lei 8666/2024. Dentre as propostas da PL 186, as que mais revoltaram os profissionais da educação foram: o aumento da carga horária dos professores de todos os seguimentos, diminuindo assim o tempo destinado por lei para o planejamento das aulas e sem aumento no salário; fatiamento das férias, autorizando

que em períodos não letivos, como no mês de janeiro, eles estejam na escola trabalhando e o fim da Licença Especial para todos os servidores municipais. A Lei 8666/2024 amplia para até 6 anos os contratos temporários da rede.

O SEPE, antes a aprovação, começou a convocar diariamente uma assembleia na parte da manhã e um ato na parte da tarde. O POR esteve presente no ato do dia 12 de novembro quando a greve começou, cercada por policiais e viaturas, inclusive impedindo que os professores subissem nas escadas da assembleia. Antes das votações e no próprio dia dela, os professores sofreram dura violência policial durante os atos. O movimento continuou firme depois do primeiro dia de ataque de bombas e da determinação

judicial, que exigiu o fim da paralisação, atendendo a um pedido feito pela Prefeitura do Rio, que fixou uma multa de R\$ 500 mil ao SEPE e de R\$ 5.000 aos diretores do sindicato, por dia de descumprimento. Um flagrante ataque ao direito de greve.

Cláudio Castro e Eduardo Paes, nas eleições de outubro, brigavam porque Castro apoiou um concorrente de Paes. Um mês depois de ser eleito, Paes ataca a categoria da educação e tem a polícia do governador Castro reprimindo os professores. A burguesia pode parecer estar de lados opostos algumas vezes, mas mostra rapidamente sua união de classe quando a intenção é se proteger. Os profissionais da educação também ficaram surpresos com os votos dos vereadores que aprovaram o projeto, tendo Carlos Bolsonaro

(PL) votando contra o PL de Paes e Tainá de Paula (PT) votando a favor. A surpresa indica certas ilusões que a categoria ainda apresenta em relação à democracia burguesa e suas instituições.

O POR defende a retomada da greve dos professores e o fortalecimento com a unificação com outras categorias que estão sendo atacadas por Paes e Castro, como a saúde. Só um movimento de luta coletiva pode se levantar contra a burguesia e seus representantes encastelados no aparato estatal. É preciso formar comitês de luta desde as escolas, com participação dos pais e alunos, além dos trabalhadores da educação. As condições precárias das escolas são motivos mais que suficientes para essa unificação.

São Paulo

Prefeito Nunes/MDB consegue aprovação-relâmpago do PL 826/24, que retira direitos dos trabalhadores em Educação

No encerramento do ano letivo, os trabalhadores em Educação do município de São Paulo amargaram mais uma derrota. Se não bastasse o pacote de corte de verbas do governo Lula/Haddad, que configura um duro ataque aos explorados do país, o prefeito Ricardo Nunes, recém-eleito para mais um mandato, enviou para a Câmara dos Vereadores o PL 826/24, que altera dispositivos da Lei Nº 8989/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de São Paulo) e modifica o Estatuto do Magistério, entre outros aspectos. Trata-se de um ataque a direitos elementares dos trabalhadores, que resultarão em uma piora das condições de trabalho.

A votação se deu em tempo recorde, sem qualquer debate público sobre o tema, o que reforça o caráter autoritário da medida. Na Instrução Normativa Nº 37, do começo de dezembro, que trata da escolha/atribuição de aulas, já estavam apontadas algumas das medidas que o prefeito Nunes iria descarregar sobre os ombros dos trabalhadores. O artigo 29 dessa IN determina que o professor do módulo sem regência está à disposição das DREs para, no decorrer no ano letivo, cobrir eventuais licenças e aulas livres. Ou seja, não teria local de lotação e se transformaria em algo semelhante ao antigo professor adjunto. Além disso, tornou mais burocrático o processo para o professor que decidir se abster da escolha/atribuição.

As mudanças impostas pelo direitista Nunes são: 1) A atribuição de classes/agrupamentos/aulas fica a critério do diretor; 2) institui o Plano de Avaliação de Diretores, exigindo o cumprimento de metas pré-definidas, com caráter tipicamente empresarial, ou seja, de acordo com a linha privatista dos governos; 3) convocação de professores efetivos sem regência para terem aulas atribuídas nas DREs; 4) perda de lotação e JEIF para trabalhadores readaptados; 5) suspensão da JEIF em caso de licença médica superior a 30 dias. Como se vê, é um claro ataque às condições de trabalho docente, que ampliará a precarização de seu trabalho e, consequentemente, do ensino.

No último Conselho de Representantes do Sinpeem, ocorrido em 12/12, a Corrente Proletária, em seu boletim e na fala burocraticamente limitada pelo 1 minuto de praxe, enfatizou os ataques à Educação que todos os governos vêm promovendo. Alertou para que o Sinpeem não esperasse até o ano que vem para organizar a resistência coletiva. Enumerou os diversos golpes desferidos pelos governos, como o projeto de escola cívico-militar, as privatizações e terceirização, a retirada de verbas da Educação etc. Por fim, reivindicou que o Sinpeem convocasse uma assembleia ainda neste ano para que a base decidisse sobre os rumos do movimento. No entanto, a diretoria majoritária se fez de morta. Aprovou apenas o

calendário de lutas da Campanha Salarial de 2025, aprovado em Congresso, para 18 de março de 2025 – que a experiência demonstrou ser tarde demais.

A direção burocrática não chamou a categoria para a luta em todo o segundo semestre. Deixou para debater no Congresso, no final de outubro. No Congresso, aprovou o Plano de Lutas para março do ano seguinte. Na prática, deixou o governo de mãos livres para nos atacar. A Corrente Proletária foi contra essa política, demonstrando que o governo se encontrava fortalecido junto ao ultradireitista Tarcísio, e que havia grande chance de reproduzir o comportamento dos últimos anos, em que o final de ano, quando a categoria se encontra desmobilizada, seria utilizado para aplicar novas contrarreformas, para atacar os direitos dos educadores.


O pior que poderia acontecer, acabou acontecendo: diante desse brutal ataque do prefeito direitista Ricardo Nunes, a aprovação na Câmara se deu praticamente sem luta. Não houve preparação da categoria para resistir coletivamente. A decisão da direção do Sinpeem de postergar a luta para o final de março do ano que vem significou baixar a guarda. Nem sequer foi convocada a assembleia. A aprovação sem luta leva à desmoralização.



A vanguarda com consciência de classe deve assimilar a experiência e convertê-la em elementos para mobilizar a categoria, demonstrando a importância de não dar trégua a esse governo ou qualquer outro que ataque seus direitos. Nossa tarefa deve ser construir uma oposição classista, capaz de recuperar o sindicato para as mãos dos trabalhadores. Trata-se de fortalecer o Sinpeem como uma ferramenta de combate diante da ofensiva do capital e dos governos.

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas
R\$ 5,00

Lições da greve contra o governo Ricardo Nunes/MDB

Balanco dos 21 dias de greve do funcionalismo municipal de São Paulo



 **POR** 

São Paulo

Primeira Plenária Intercongressual da Apeoesp

Prevaleceu o burocratismo e a ausência de democracia sindical

O último Congresso, realizado em 2022, aprovou a mudança estatutária ampliando para 4 anos o mandato da Diretoria/Conselho e criando uma Plenária Intercongressual a cada dois anos. Para cumprir essa decisão, a Diretoria da Apeoesp convocou a Plenária estatutária para os dias 13 e 14 de dezembro. Poucos dias antes, aprovou os critérios de participação, de acordo com o número de conselheiros estaduais de cada subsele. E determinou o prazo de inscrição das contribuições, temário e limite de laudas. Portanto, decisões que couberam unicamente à diretoria da Apeoesp. No dia da Plenária, divulgou um caderno com 14 contribuições das correntes que intervêm no sindicato. Constituiu duas mesas com convidados-debatedores, uma sobre conjuntura e outra sobre plano de lutas. Como se vê, tudo orquestrado para deliberar as supostas ações no próximo período.

No início, houve uma homenagem a uma dirigente da Apeoesp, Raquel Guisoni, militante do PCdoB, que havia falecido. Em seguida, membros da diretoria, da CUT e da CSP-Conlutas fizeram breves saudações. Todos criticaram a conduta do governador Tarcísio em relação à educação e à segurança pública, e mostraram os “avanços” do governo Lula, em relação à queda do desemprego, miséria e ressaltando o crescimento econômico do país - com a exceção do dirigente da Conlutas, militante do PSTU, que criticou o pacote de Lula, gerando protestos do plenário. Todos enfatizaram também o golpe dos bolsonaristas de 8 de janeiro de 2023 e exigiram prisão aos envolvidos na trama.

No primeiro dia, houve apenas a homenagem, a saudação dos membros que compuseram a mesa e a aprovação do regimento interno. Sobre o regimento, a discussão girou em torno ao ponto levantado pela Corrente Proletária/POR, reivindicando o direito de exposição das contribuições do caderno da Plenária. Depois de muita discussão, da resistência da ala diretista do PT e do descontentamento gerado na Plenária, houve acordo na apresentação das 14 contribuições, após a fala de cada expositor/convidado. No entanto, com o tempo reduzido de 5 minutos para o tema da conjuntura e 2 minutos para o plano de lutas, que incluía a questão educacional.

No segundo dia, a Plenária abriu com duas exposições: Leandro Grass e Guilherme Boulos. Entre essas exposições, foram sorteadas as sete primeiras contribuições para a exposição de 5 minutos.

Grass e Boulos tiveram a tarefa de mostrar os “acertos” desse terceiro mandato de Lula, as dificuldades de aprovação de medidas governamentais no Congresso Nacional, a necessidade de o governo Lula compor com partidos, inclusive de direita, em pequenos municípios, e o imperativo em modificar as formas de comunicação para atrair setores que seguem as redes sociais. Leandro concluiu dizendo que a extrema direita tem conseguido captar o descontentamento porque sabe usar as redes sociais. Um exemplo citado pelo expositor foi o da candidatura de João Campos/PSB, que deveria ser adotada como modelo pelos movimentos de esquerda. Desconsiderou ou ignorou deliberadamente que o jovem João Campos é um burguês, oriundo de uma família oligárquica tradicional de Pernambuco e que a dinâmica de sua atuação eleitoral esteve ligada aos métodos burgueses tradicionais. Leandro tratou a derrota eleitoral do PT como se fosse um problema técnico, de ferramentas de comunicação. Esse discurso oculta o fundamental: que a derrota eleitoral do PT nas eleições municipais teve fundamento político, de classe. O fracasso eleitoral do PT e do PSOL expressou a falência do nacional-reformismo e das correntes pequeno-burguesas em responder aos problemas que atingem os explorados.

Boulos, por sua vez, recebido com grande entusiasmo pela maioria da Plenária, concentrou sua exposição na crítica aos golpistas bolsonaristas, na composição conservadora do Congresso Nacional e na atuação do governador diretista Tarcísio de Freitas. Enfatizou a ideia de que Lula derrotou a extrema direita, mas os ataques seguem firmes. Como exemplo, disse que os ataques do chamado “mercado” acabam deixando o governo Lula na lona. Ressaltou que, nas eleições de 2026, a candidatura de Lula será a única que poderá derrotar a extrema direita. No caso de Tarcísio se confirmar como candidato à presidência, a sua derrota estará sob “nossa responsabilidade”, no combate ao seu governo, para desgastá-lo até 2026.

Na mesa seguinte, Educação e Plano de Luta, o convidado foi Cesar Callegari, ex-presidente do Conselho Nacional de Educação e ex-Secretário da Educação do Município de SP, que falou sobre as novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio que, para ele, revogaram os marcos recessivos do NEM. Ao menos, foi essa a resposta que ele deu à camarada do POR, que colocou corretamente que nada tínhamos a comemorar, visto que o NEM continua atacando a educação básica. A camarada lembrou a todos que a reivindicação aprovada no último Congresso da Apeoesp foi a de revogação integral do NEM.

Na verdade, Callegari usou uma manobra discursiva, pois, na prática, foram feitos apenas remendos, facilmente burlados pelos governos: aumento da Formação Geral Básica para 2400h, itinerários só podem ser de aprofundamento dos componentes curriculares básicos, projeto de vida passa a ser transversal ao currículo e não mais um componente curricular e proibição de que o trabalho voluntário seja aproveitado como carga horária na parte diversificada. Em contrapartida, foi mantida a essência da proposta: os itinerários formativos e seu viés privatista; o ensino integral em contínua expansão, com seu caráter excludente; e somente os componentes Língua Portuguesa e Matemática permaneceram como obrigatórios em todas as três séries do Ensino Médio, o que, junto com a manutenção dos itinerários, implica necessária redução da carga horária (leia-se desemprego) dos demais componentes nesta etapa da educação básica. Por fim, Callegari salientou que o Novo Ensino Médio começará a ser implantado em 2025, mas que serão percebidos realmente em 2026, sendo 2025 um ano de transição. O outro debatedor foi o prof. Alex dirigente do CEPERS do Rio Grande do Sul, que reproduziu a política do PT/PCdoB diante dos governos.

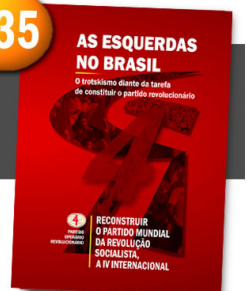
O último ponto da Plenária foi a aprovação do Plano de Lutas. Os proponentes das contribuições tiveram dois minutos para expor o Plano de Lutas. Em seguida, a diretoria composta pelo PT, PCdoB e correntes do PSOL, apresentou um documento, que reuniu a maioria das contribuições. A Oposição Combativa, composta pelo PSTU, MRT, CST e POR, apresentou outro Plano de Lutas, centrado na independência de classe diante dos governos burgueses.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



ses, crítica ao pacote de Lula, combate à política do governador direitista Tarcísio e defesa da convocação de uma assembleia na primeira quinzena de fevereiro para a preparação da greve. Como era esperado, venceu a proposta dos burocratas da Apeoesp, que empurrava para o dia 21 de março a convocação da primeira assembleia. Isso após a demissão de milhares de professores contratados.

Para que serviu a Plenária Intercongressual?

A Plenária foi arquitetada com um objetivo claro: desgastar o governo Tarcísio em 2025, para que não seja um instrumento da ultradireita a concorrer às eleições presidenciais de 2026, tendo em vista a inelegibilidade de Bolsonaro. Assim, todos os expositores foram escolhidos para reforçar a linha eleitoral do PT. Ou seja, 2025 tem de ser ano de preparação para o pleito de 2026. Fez parte dessa estratégia não criticar as medidas que vêm sendo impostas por Lula – Novo Ensino Médio, os cortes de recursos à saúde e educação, as contrarreformas de Haddad que golpeiam o salário mínimo, o BPC, Abono Salarial e outros direitos e a não revogação as reformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro etc. -, bem como, não utilizar os sindicatos e centrais para organizar a luta nacional.

Discursos inflamados contra Tarcísio e falas de elogios à governabilidade de Lula, esse foi o tom desses dois dias de Plenária. O Plano de Lutas é uma repetição do que ocorreu em 2024. Portanto, nada de organizar os professores para aprovar em assembleia o combate à política privatista dos governantes, seja Tarcísio, seja Lula. Conduzir o descontentamento para o terreno do Parlamento ou da Justiça burguesa, visando, evidentemente, potencializar o mandato da deputada Maria Izabel, segunda presidente da Apeoesp (cargo criado para manter a deputada na direção do sindicato).

Atuação da Corrente Proletária/POR

Os delegados da Corrente Proletária entrevistaram por meio da elaboração da contribuição por escrito, da exposição da banca de materiais e da distribuição do manifesto do Partido sobre a queda do governo sírio. No ponto do regimento, foi responsável pela apresentação da proposta de exposição de todas as contribuições do caderno da Plenária. A apresentação da conjuntura foi feita por um militante, que expôs a essência das posições do POR sobre a situação internacional e nacional. Na exposição do Plano de Luta, feita por outro militante, ficou evidente o conteúdo de classe, a independência política dos organismos dos trabalhadores diante dos governos e o método da ação direta para enfrentar as contrarreformas e defender as reivindicações que unificam o proletariado e demais explorados.

O fundamental está em que essa experiência sirva para organizar a vanguarda com consciência de classe no sentido de retomar o sindicato para a luta, derrotando a política de sua direção, que é de conciliação de classe e avessa aos métodos genuínos dos trabalhadores. O que significa fazer um balanço dessa primeira Plenária Intercongressual. A Corrente Proletária chama os professores a participarem desse agrupamento classista e combativo, que tem como princípio a defesa de um único sistema de ensino público, científico e voltado à produção social.

Reproduzimos a Contribuição da Corrente Proletária na educação

Abaixo o pacote de Lula/Haddad contra a maioria trabalhadora!

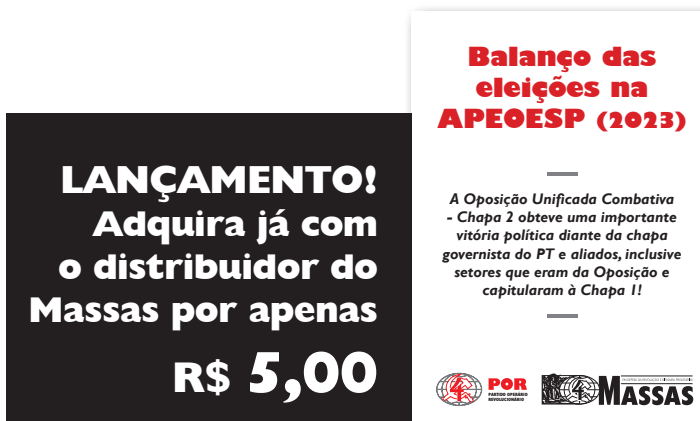
*Rechaçar as medidas privatizantes contra a educação pública do direitista Tarcísio
Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações, para pôr abaixo as contrarreformas de Temer, Bolsonaro, Tarcísio e Lula*

Conjuntura

1. A situação mundial se encontra marcada por duas guerras de dominação, uma na Ucrânia e outra na Faixa de Gaza; pelo genocídio de mais de 50 mil palestinos em pouco mais de um ano; pela guerra comercial dos Estados Unidos com a China; pelo baixo crescimento da economia das potências e queda na da China; pela retirada de conquistas históricas das massas trabalhadoras e pelo avanço dos partidos fascizantes, como ocorreu com a vitória de Trump nos Estados Unidos e o surgimento de partidos nazifascistas na Alemanha. Na América Latina, o governo argentino de Javier Milei encarna a ultradireita pró-imperialista.

2. Em particular no Brasil, a derrota eleitoral do ultradireitista Bolsonaro apenas interrompeu conjuntamente a ascensão das forças ditatoriais. A revelação de um plano golpista, que incluía o assassinato de Lula e outras autoridades, evidencia o quanto estão presentes na situação de decomposição do capitalismo as forças mais profundamente reacionárias, que refletem a via pela qual a burguesia enfrenta suas divisões e reage diante da polarização social e da luta de classes.



3. Essas características e fenômenos são expressões da decomposição do capitalismo. São manifestações do esgotamento da partilha do mundo após a Segunda Guerra Mundial, que se acirram com a projeção econômica da China, tornando-se uma ameaça à hegemonia dos Estados Unidos. São manifestações das contradições entre o alto desenvolvimento das forças produtivas, seu encarceramento nas fronteiras nacionais e na propriedade monopolista dos meios de produção. Agigantou-se o capital parasitário em contradição com a produção. Diante dessa catastrófica situação, as diretrizes para a manutenção do capitalismo agonizante impostas pelas potências são de guerras, eliminação de direitos da maioria explorada, maior opressão sobre as nações semicoloniais e conseqüentemente o agigantamento da pobreza, fome e miséria. É nesse quadro que vêm à tona as tendências fascizantes, expressão da fração burguesa ultradireitista. Mas é nessas condições que também se ampliam os choques de classes, por meio de greves, protestos e manifestações em várias partes do mundo. O grande



LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00

Balanço das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa 1!

obstáculo para os trabalhadores é que seus organismos sindicais estão sob o controle de direções burocratizadas, que dificultam a organização das lutas unitárias para combater as duras medidas governamentais e impor suas reivindicações.

4. De conjunto, essa situação mundial vem atingindo o Brasil. As diretrizes, ou seja, as contrarreformas trabalhista, previdenciária e os cortes de recursos à saúde e educação, impostas por Temer e Bolsonaro, se tornaram insuficientes para que o País consiga manter os compromissos com os credores da dívida pública, que consome quase 50% do orçamento do Estado. A imposição do Arcabouço Fiscal nada mais é do que a manutenção do Teto dos Gastos da ditadura civil de Temer, diretriz exigida pelo capital financeiro.

5. O pacote de medidas imposto pelo governo Lula segue, assim, a política das contrarreformas, dos ajustes exigidos pelo grande capital, que esteve na base do golpe que destituiu o governo Dilma Rousseff. A vergonhosa manobra de anunciar, primeiramente, a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5000,00 juntamente com uma taxação aos ricos, serviu para justificar a política de eliminação de direitos dos explorados. O fato é que o pacote de Lula atinge o salário mínimo, o abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O ataque recai sobre a maioria assalariada, aposentados, pensionistas, doentes e deficientes. Faz parte da nova contrarreforma de Lula a retirada de verbas da educação. Há estimativas de que haverá um corte de R\$ 42,3 bilhões no orçamento da educação nos próximos cinco anos. De acordo com o governo, tal verba atingiria sobretudo aquela destinada à manutenção e expansão do ensino integral no país. No entanto, apresenta a fórmula de utilizar os recursos do Fundeb, que já são poucos, para garantir o ensino integral. Na realidade, submeterá o Fundeb ao arcabouço fiscal. O fundamental está em considerar todo o pacote de Lula como parte das alterações estruturais montadas pelas reformas trabalhista e previdenciária. Contrarreformas essas que impulsionaram a terceirização, os contratos temporários e a informalidade nas relações trabalhistas.

6. Em São Paulo, o direitista Tarcísio foi fundo na implantação das contrarreformas. Em menos de dois anos de governo conseguiu impor um plano devastador de privatizações, com a venda da Sabesp, de linhas de trem da CPTM, metrô, rodovias e escolas públicas, bem como o corte de cerca de R\$ 11 bilhões de recursos da educação pública. Chegou às últimas consequências, ganhando no STF, o direito de avançar com as escolas cívico-militares, projeto de educação repressiva de Bolsonaro. Apoiar-se no empresário privatista Feder para leiloar as escolas e beneficiar as empresas apadrinhadas, e no sanguinário Derrite para assassinar jovens nos bairros pobres. Para a educação, os resultados foram e são: demissões de professores contratados e subemprego para os efetivos com o fechamento de salas e turnos de aulas, expulsão do aluno-trabalhador, avanço da precarização por meio das plataformas, não aplicação da Lei do Piso Salarial e congelamento dos salários.

7. Diante dessas penosas condições, tem surgido descontentamento nas fábricas, nos demais locais de trabalho e nas escolas. São greves (como a que ocorreu Pepsico e que ocorre com os professores no Rio de Janeiro), paralisações operárias exigindo o pagamento de salários atrasados e PLR, mobilizações na Bolsa de Valores contra os leilões de empresas e escolas, atos nas portas de escolas, diretorias de ensino e Seduc, protestos contra a escala 6X1 e manifestações quase que semanais contra o genocídio do povo palestino. Disposição de luta, como se vê, tem ocorrido. No entanto, os movimentos comparecem fragmentados e extremamente voltados às reivindicações particulares. Isso ocorre por responsabilidade das direções sindicais, que colaboram com os governos e impossibilitam a unidade dos explorados.

8. A CUT e centrais aliadas estão empenhadas em garantir a governabilidade de Lula. Temem a organização de um poderoso movimento contra os planos antipopulares de Tarcísio, porque

certamente recairá também sobre o governo Lula. Agora, frente às contrarreformas de Lula, essas direções não as rejeitaram. Ao contrário, emitiram uma nota dizendo que são medidas importantes que “atendem reivindicações históricas do movimento sindical e popular”. E completam pedindo a revisão no “estabelecimento do teto ao aumento real do salário mínimo”. Portanto, o recado foi dado: nenhuma mobilização contra mais esse duro ataque aos trabalhadores e explorados em geral. A burocracia sindical, como fez com as contrarreformas Trabalhista e Previdenciária, não dará um passo para pôr abaixo mais esse pacote do capital financeiro/Lula.

9. A direção da Apeoesp está submetida a essa linha política da CUT e aliadas. Apesar do palavreado contra as medidas privatizantes, de sucateamento da educação pública e de demissão em massa de professores, limita-se à política de pressão na Assembleia Legislativa, com vista a potenciar o mandato da deputada Maria Izabel. O resultado foi o acúmulo de derrotas e, cada vez mais, o aumento do descrédito de uma parcela de professores para com o sindicato. A força coletiva do professorado foi se arrefecendo na medida em que as assembleias foram se escasseando e os métodos de luta coletivos, paralisações e greves passaram a ser abandonados pela direção da Apeoesp. Como se tornou incapaz de mobilizar, responsabiliza o professor contratado, hoje a maioria da categoria, de não querer lutar. Uma derrota sem luta real pesa muito sobre o professorado e, ao contrário, fortalece a política reacionária dos governantes.

10. Partindo dessa avaliação, a Plenária Intercongressual da Apeoesp deve aprovar um plano de lutas assentado nos métodos próprios dos trabalhadores. As experiências de pressão parlamentar e de judicialização já demonstraram que estão na contramão da luta em defesa das reivindicações que unem os professores efetivos e contratados, os estudantes e os explorados em geral. Deve aprovar um programa de ação para pôr abaixo as medidas de Tarcísio e Lula e que esteja voltado a rejeitar a sustentação do arcabouço fiscal, mecanismo exigido pelo capital financeiro, que visa ao pagamento da gigantesca dívida pública, à eliminação de direitos trabalhistas e aos cortes de recursos à saúde e educação.

11. A Corrente Proletária/POR avalia que as contradições do capitalismo tendem a se agravar em nível internacional e nacional. O crescimento da economia brasileira no ano que se encerra e a queda da taxa de desemprego são provisórios. Tudo indica que no próximo período as tendências do baixo crescimento, da estagnação e da recessão voltarão a se impor. Os trabalhadores se ressentirão ainda mais das consequências da reforma trabalhista, da terceirização e das recentes medidas que o governo Lula acaba de enviar ao Congresso Nacional. O parasitismo da dívida pública e seu crescimento levarão os governantes a se curvarem mais fortemente diante do capital financeiro. A guerra comercial travada pelos Estados Unidos potenciará os conflitos internacionais. O resultado será de recrudescimento da pobreza e miséria das massas. A Corrente Proletária luta para que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes, unam os explorados em torno a um programa de reivindicações e se apoiem na ação direta das massas. Com esse programa de independência de classe, os sindicatos poderão auxiliar a classe operária e demais explorados a lutarem sob a sua estratégia própria de poder, sob o programa da revolução social.

Plano de Lutas

A Corrente Proletária na Educação/POR defende o programa próprio de reivindicação dos trabalhadores, que tem como pilar a luta:

1. Pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro, da lei da Terceirização, do Novo Ensino

Médio, que preservam os privilégios dos capitalistas, eliminam direitos dos assalariados e servidores públicos e avançam a privatização sobre a educação básica;

2. Pela rejeição às novas contrarreformas de Lula, que atingem o salário mínimo, o abono salarial, o BPC, que cortam recursos à saúde e educação e submetem o Fundeb às regras do Arcabouço Fiscal;

3. Contra os planos de privatização de Tarcísio, financiados pelo BNDES, portanto pelo governo Lula. Defesa da estatização das empresas e escolas já privatizadas, sob o controle dos trabalhadores;

4. Contra o fechamento de salas e turnos de aulas. Redução do número de alunos por sala, não mais que 25 alunos. Nenhuma demissão de professores contratados. Efetivação imediata de todos os contratados. Direito a todo estudante-trabalhador a estudar no período noturno. Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem trabalho (4 horas nos estudos e 4 horas no trabalho);

5. Pelo rechaço, por meio das mobilizações de rua, ao corte de R\$ 11 bilhões da educação executada pelo governo Tarcísio e seus apadrinhados da Assembleia Legislativa;

6. Pela retomada da luta contra o projeto bolsonarista de escola cívico-militar. Nada de conduzir o movimento para o terreno da Justiça burguesa, porque esse terreno é próprio dos governantes e capitalistas;

7. Em defesa da reposição das perdas salariais. Pagamento integral do Piso Nacional. para recuperar o poder de compra do professorado;

8. Pelo não pagamento da Dívida Pública;

9. Em defesa de um sistema único de ensino, público, gratuito para todos e em todos os níveis, laico, financiado integralmente pelo Estado, vinculado à produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha;

10. Pela bandeira de Oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Combate aos governos de direita e ultradireita com os métodos da luta de classes;

11. Defesa de que as centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua, em defesa das reivindicações dos oprimidos e para pôr abaixo o processo de privatizações e a terceirização;

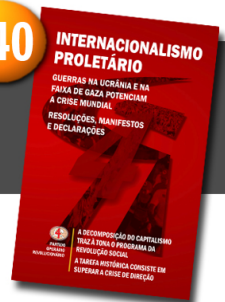
12. Fim do massacre dos palestinos e libaneses pelo Estado sionista de Israel; apoio incondicional e irrestrito à resistência dos oprimidos; pela autodeterminação dos povos. Erguer a frente única anti-imperialista para expulsar os Estados Unidos do Oriente Médio. Defesa do povo palestino, sob a estratégia da revolução proletária e da formação de uma República Socialista;

13. Combate à guerra de dominação na Ucrânia, por uma paz sem anexações e sem os ditames do imperialismo, pelo desmantelamento da OTAN, fim das bases militares dos EUA e aliados na Europa e no mundo, em defesa da autodeterminação, da integridade territorial e pela retirada das tropas russas da Ucrânia.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40



A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Formação Política

A Revolução Permanente: teses conclusivas

Encerramos, nesta edição do jornal Massas, a exposição das principais conclusões do estudo realizado no Grupo de Estudos do Marxismo, sobre o livro A Revolução Permanente, de Trotsky. Neste trabalho, Trotsky organiza na parte final do livro suas “conclusões essenciais” através de Teses. Essas teses foram a base das discussões do último encontro do Grupo no ano de 2024.

A Tese 1, bem lembrado que foi escrita em 1929, remete à necessidade de que todo marxista dedique especial atenção à teoria da Revolução Permanente, já que havia saído completamente do domínio das divergências entre velhos marxistas russos, para entrar no campo dos caminhos da revolução mundial. Dissemos, em nosso estudo, que a tese permanece vigente, ainda que a evolução da luta de classes, e do próprio capitalismo, tenham colocado novos problemas para os revolucionários, como a crise de direção revolucionária do proletariado. Seja nos países de capitalismo atrasado, seja nos de capitalismo avançado, as tarefas de identificar o conteúdo de classe da revolução, a dinâmica entre as classes, as tarefas pendentes etc., permanecem vigentes. Em particular para os países semicoloniais, “a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.” (Tese 2)

Nessa discussão, um camarada apresentou a importância de manter de pé a bandeira estratégica da ditadura do proletariado, abandonada pela maioria das correntes que se reivindicam do marxismo. Trata-se da forma precisa de desmascarar a ditadura de classe da burguesia, comumente chamada de democracia, bem como da forma de resolver as tarefas democráticas pendentes e resistir à contraofensiva burguesa, para reorganizar a produção e as relações sociais sobre outras bases, socialistas.

A Tese 3 apresenta a importância da aliança entre o proletariado e o camponato. “Sem a aliança entre o proletariado e o camponato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.”, discutiu-se a importância de compreender a configuração do camponato brasileiro, cujo número expressivo carece de uma organização de luta revolucionária. Tratamos brevemente sobre organizações camponesas como o MST, que tem se adaptado cada vez mais à democracia burguesa e às instituições, representando muitas vezes a política do PT para as massas do campo. Essa tese é complementada pela Tese 4, onde Trotsky sintetiza a ideia de que essa aliança só pode se dar sob a política revolucionária do proletariado, classe antagonista à burguesia. O que significa, por

outro lado, que “a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.”

Foi necessário discutir o problema apresentado na Tese 7, sobre o erro histórico da Internacional Comunista estalinizada, apresentar aos países do Oriente, países semicoloniais, a palavra de ordem superada pela história de ditadura do proletariado e dos camponeses: “Oposta à de ditadura do proletariado, essa palavra de ordem contribui, politicamente, para a dissolução e a decomposição do proletariado nas massas pequeno-burguesas, criando, assim, condições favoráveis à hegemonia da burguesia nacional e, por conseguinte, à falência e ao desmoronamento da revolução democrática. Introduzir essa palavra de ordem no programa da Internacional Comunista só pode significar a traição ao marxismo e às tradições bolcheviques de Outubro.”

A Tese 8 retoma a ideia de que a revolução democrática se transforma em revolução socialista no curso de seu desenvolvimento, dada a necessidade de traçar uma ofensiva imediata ao direito de propriedade burgueses.

A Tese 9 faz a importante discussão sobre os caminhos que devem tomar a revolução proletária. A conquista do poder não é o fim, mas o princípio da revolução. Inaugura uma nova etapa na luta de classes, que não se limita às fronteiras nacionais: “Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo.”

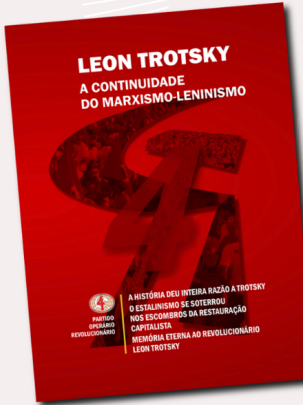
A revolução socialista se converte em revolução permanente: “só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.”, é o que apresenta a Tese 10, o que implica em resposta à pseudo-teoria da possibilidade do socialismo em um só país. Obviamente a revolução acontece nos marcos de uma nação, mas deve necessariamente se expandir, sob o risco de perecer. A trava que as fronteiras nacionais, bem como as relações capitalistas


de produção, oferece ao desenvolvimento das forças produtivas, deve ser superada no ganho de terreno da revolução internacional. Dessa discussão decorre a importância da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, como forma de responder de maneira coordenada a opressão capitalista sobre o proletariado do mundo todo, conduzindo a luta pela tomada do poder em cada país, como parte da tarefa mais ampla da revolução internacional.

A divisão internacional do trabalho, a dependência das forças produtivas dos países desenvolvidos em relação às matérias primas dos países de capitalismo atrasado, a relação entre a indústria nacional e a técnica estrangeira (ou a produção científica internacional) etc., indicam a impossibilidade do desenvolvimento socialista em um só país. Essa tese (12) que já se mostrava acertada em 1929, nos marcos do capitalismo em decomposição, mas altamente globalizado, do século XXI, é ainda mais precisa. Esse problema está em contradição com a política internacionalista da maioria das correntes que se proclamam do campo do marxismo atualmente. Ainda sobre a ideia do socialismo num só país, Trotsky diz: “A teoria de Stalin-Bukharin não só opõe, mecanicamente, e a despeito de toda a experiência das revoluções russas, a revolução democrática à revolução socialista, como separa a revolução nacional da revolução internacional.

Colocando diante das revoluções dos países atrasados a tarefa de instaurar o regime irrealizável da ditadura democrática, oposta à ditadura do proletariado, essa teoria cria ilusões e ficções políticas, paralisa a luta do proletariado do Oriente pelo poder e retarda a vitória das revoluções coloniais.” (Tese 13)

Por fim, Trotsky, nesse período, trabalhava junto à Oposição de Esquerda Internacional para reverter o estrago feito pela política de Stalin-Bukharin, que tentava conciliar de maneira desesperada a pseudo-teoria do socialismo em um só país ao internacionalismo proletário. Isso se dava na disputa pelo programa da Internacional, que colocava frente-a-frente as duas teorias opostas: a do socialismo em um só país e a da revolução permanente. “O problema da revolução permanente já ultrapassou, há muito tempo, o limite das divergências episódicas entre Lenin e Trotsky, inteiramente esgotadas pela história. Trata-se, agora, da luta entre as ideias fundamentais de Marx e de Lenin, de um lado, e o ecletismo centrista, de outro lado.” (Tese 14)



 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro expõe o brutal e sanguinário choque histórico entre Stalin e Trotsky, ou, mais precisamente, entre o estalinismo e o marxismo-leninismo. (...) A mais grandiosa falsificação foi a tentativa do triunvirato estalinista, que reuniu Stalin, Kamenev e Zinoviev, de se passar por continuador do leninismo, e decretar o trotskismo como a fração que rompia com o leninismo e revivia o menchevismo. A montanha de mentiras, difamações e calúnias contra Trotsky e a Oposição de Esquerda decorreu dessa gigantesca falsificação histórica. Apoiando-se nessa matriz, a burocracia estalinista foi às últimas consequências, valendo-se dos métodos policiais e judiciais, típicos do Estado burguês.”

LANÇAMENTO
FOLHETO

 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Isaac Deutscher

SOBRE O HOMEM SOCIALISTA



Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00

 **POR**  **MASSAS**



Nesta edição:

Síria – Manifesto do CERQUI

Palestina – Lançamento do livro “A concepção materialista da questão judaica”

França – Greve dos servidores públicos é mais um sintoma da crise capitalista

Entrevista para a TV Comuna - A crise capitalista e as Guerras

Dissolução da URSS – 33 anos

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

A queda do regime de Assad na Síria agrava a guerra no Oriente Médio

10 de dezembro de 2024

No domingo, 8 de dezembro, o regime na Síria caiu, após 53 anos de dominação. Bashar al-Assad fugiu para a Rússia. As forças armadas desmoralizadas ofereceram pouca resistência. Foi uma tomada quase pacífica do governo. O regime tinha 200.000 militares que estavam em guerra há 10 anos, enquanto os insurgentes podiam chegar a cerca de 20.000. A queda de Bashar al-Assad, nessas condições, indica que seu governo estava totalmente decomposto e desmoralizado.

A Síria desempenha um papel muito importante no Oriente Médio. Esteve governada pela minoria alauíta com apoio xiita, cristão e druso desde o golpe de Estado em 1970, em um país de maioria sunita (70%). Foi caracterizado como um governo fortemente repressivo que derrotou grupos insurgentes na guerra civil que começou em 2011 (Primavera Árabe). Estima-se que mais de 500.000 sírios morreram e mais de 5 milhões migraram principalmente para a Turquia (3,6 milhões) e Líbano (1 milhão). Milhares estavam nos cárceres, muitos por várias décadas. Um regime apoiado sobre temíveis organismos de segurança interna, que torturou e foi denunciado por usar armas químicas contra sua população.

A Rússia e o Irã, que eram os sustentáculos fundamentais do regime, enfraqueceram seu apoio, provavelmente por causa de outras prioridades militares. O Hezbollah teve uma forte presença na Síria no passado. Teve apenas um confronto com o HTS (Hayat Tahrir al Sham – Movimento para a Libertação do Levante) no dia seguinte à intervenção insurgente em Aleppo e se retiraram. A Rússia tem um porto em Tartus que lhe permite acessar o Mediterrâneo, onde tem parte de sua marinha e uma base aérea em Khmeimim.

O ataque da oposição durou menos de duas semanas. Primeiro, dominaram Aleppo, a maior cidade, depois, Hama e Homs, seguindo em direção a Damasco. O líder da frente HTS é Abu Muhammad al-Jolani. É oriundo de uma fortaleza que eles conse-

guiram manter em Idlib, onde aplicaram suas concepções islâmicas sunitas. Fizeram parte da Al Qaeda até 2016. Uma de suas primeiras medidas foi abrir as prisões. Anunciaram que pretendem um governo de unidade nacional, respeitando todas as etnias, todas as religiões. E não avançaram sobre a área costeira de presença alauíta. Conclamaram a preservação dos ativos do Estado e instruíram Mohammad al-Bashir para organizar a transição e transferência de poder.

Biden saudou a queda de Assad como “um ato fundamental de justiça” e chamou o HTS como “rebeldes contra o regime” e, imediatamente após a queda do

Assad, defendeu “que eles deveriam impedir o ressurgimento do Estado Islâmico”, conseqüentemente, os Estados Unidos bombardearam 75 alvos no centro da Síria, contra suas bases, seus líderes e arsenais, desde poucos dias antes da queda do governo. Os EUA mantêm bases militares, uma no norte, em território curdo, protegendo seus interesses de petróleo e gás, e outra guarnição no sul. Os EUA mantêm sua qualificação de grupos terroristas, embora tenham apoiado o levante insurgente contra Assad até 2020. Nunca deixou de intervir na Síria.

Israel se fortalece porque corta o fornecimento de armas, munições e alimentos para o Hezbollah, tanto na Síria quanto no Líbano, e enfraquece o Irã. No dia seguinte ao “cessar-fogo” com o Líbano, bombardeou as passagens entre a Síria e o Líbano. Depois da guerra em 1973, não fazia mais incursões em território sírio e novamente o está fazendo nos dias de hoje, violando o acordo de 1974 sobre a desmilitarização da área. Deslocou unidades militares com veículos blindados e infantaria para além das Colinas de Golã, penetrando no território para estabelecer “uma zona segura”, bombardeando arsenais militares que não querem que caiam nas mãos do HTS. Aviões de combate atacaram o aeroporto de Mezzeh, uma base aérea no sul, o quartel da Quarta Divisão e da Guarda Republicana no Monte Qasiun, bem como regimentos e brigadas do exército com depósitos de armas e munições. Áreas





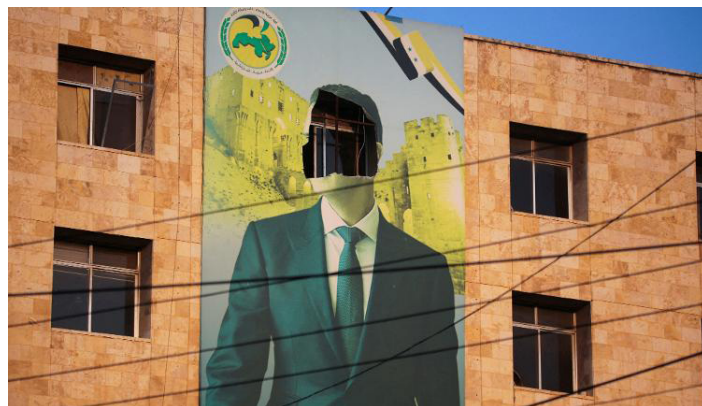
nas províncias do sul de Daara e Sweida foram bombardeadas. Mais de 300 ataques aéreos foram registrados. Em seguida, invadiu mais áreas no sul da Síria, uma situação que agrava a crise. As Forças de Defesa de Israel abriram fogo com artilharia “para evitar que elementos hostis se aproximem da fronteira”. Israel informou que destruiu toda a frota marítima na baía de Minet al Beida e no porto de Latakia. A queda de Assad foi a oportunidade de estender sua política genocida de esmagar os palestinos e contra a resistência do Hezbollah.

A Turquia aparece abertamente envolvida no financiamento e armamento do HTS, assim como o Qatar. A Turquia interveio desde o início da guerra civil, cruzando a fronteira para atacar os curdos das Forças Democráticas da Síria. Os curdos têm se expandido na região e a Turquia quer impedir que se fortaleçam. Esse é um importante ponto de conflito com os Estados Unidos. O governo turco se oferece para reconstruir a Síria e apoia a hipócrita “transição pacífica”. Pretende que milhões de sírios que migraram, e são um fator de crise no seu país, retornem, o que já começou a acontecer. Agora, terá melhores condições para reprimir e perseguir o povo curdo.

Uma questão a levar em conta nestes conflitos é a disputa com a OTAN sobre a rota de gás do Oriente Médio para a Europa através da Síria com gasodutos. A Síria é essencialmente um país de trânsito. O projeto do Qatar de levar seu gás natural liquefeito para a Turquia via Síria, Jordânia e Arábia Saudita foi rejeitado pela Síria. O Irã tinha um projeto semelhante, mas deixando a Turquia e o Qatar fora do negócio.

Há informação de que antes do início do ataque a Aleppo houve uma reunião de oficiais de inteligência da Turquia, Qatar, Emirados, Arábia Saudita e Estados Unidos, realizada no sul da Turquia no Centro de Comando HTS, onde concordaram com os limites de sua operação e o informaram que a Rússia não protegeria Assad.

Agrava-se o processo de balcanização da Síria, de fragmentação e de desintegração. As intervenções militares dos EUA e de Israel estão destruindo ainda mais o país, já destruíram boa parte de sua capacidade militar e disputam agora para assumir o controle e limitar ao máximo o poder do HTS, impedindo seu rearmamento e potenciação. O HTS, que liderou o confronto e formou um governo, não será capaz de garantir a paz num cenário de intensificação da intervenção imperialista na região e da ofensiva anexionista do Estado sionista de Israel. Tampouco conseguirá a unidade nacional que anunciou, e nem ocupar todo o território. A autodeterminação da Síria depende de acabar com a opressão das múltiplas nacionalidades, constituindo um Estado Federativo Socialista. Esse objetivo se estende a toda a região do Oriente Médio, como tem evidenciado a guerra de Israel na Faixa de Gaza e no Líbano. Concretamente, se trata de organizar um movimento revolucionário para derrotar e expulsar o imperialismo norte-americano e aliados. É imperativo constituir uma frente única anti-imperialista,



sob a direção do proletariado. Somente a revolução social pode romper a cadeia de opressão do capital imperialista e conquistar o direito à autoterminação das nações oprimidas.

A guerra iniciada em outubro de 2023 de Israel contra o povo palestino expôs as profundas contradições que vêm abalando o Oriente Médio nos marcos da decomposição do capitalismo mundial. Eis por que não haverá pacificação na Síria com a queda da ditadura de Bashar. Haja vista os ataques de Israel e dos Estados Unidos, para destruírem qualquer capacidade de resistência síria às metas anexionistas que estão na base das guerras em curso. A emancipação de todos os povos oprimidos da Síria e de toda a região só será alcançada com a criação de uma República Socialista do Oriente Médio, que garanta a autodeterminação de cada nacionalidade, expulsando o imperialismo, recuperando todos os recursos. O caminho para a revolução social está aberto, mas depende da construção das direções revolucionárias do proletariado.

Estamos vivendo uma etapa de profundas convulsões em todo o mundo como resultado da acelerada decomposição capitalista que abriga em suas entranhas as tendências bélicas, as crises políticas e o agravamento da luta de classes. Nas últimas semanas, destacam-se o fracasso da tentativa de autogolpe de Estado na Coreia do Sul; a falácia do acordo de cessar-fogo entre Israel e o Líbano; o agravamento dos conflitos na Geórgia; a queda do primeiro-ministro da França; as greves na Alemanha e a possível queda do primeiro-ministro do governo Scholz; a intensificação da guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Acontecimentos que revelam o esgotamento da ordem internacional acordada após a Segunda Guerra Mundial e a luta para impor uma nova ordem.

O fator que se distinguiu no último período é a crescente necessidade e disposição de luta das massas, e entre elas a do proletariado fabril. Isso foi observado em várias manifestações na Europa, Ásia e até nos Estados Unidos. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional mostrou que o programa da revolução social emerge objetivamente das tendências desintegradoras do capitalismo. Trata-se da vanguarda com consciência de classe encarná-la e traduzi-la no interior das lutas, vinculando as reivindicações mais elementares à estratégia da revolução socialista.

Que o povo sírio e as demais nacionalidades decidam sobre o novo governo!

Organizar uma frente única anti-imperialista pela autodeterminação da Síria!

Expulsar todas as forças econômicas, políticas e militares que exercem a opressão nacional!

Unir as massas exploradas da Síria com a de todos os países do Oriente Médio!

Pelo fim imediato da guerra na Faixa de Gaza e no Líbano, com a retirada das forças de ocupação israelense!

Impulsionar a luta unitária das nações oprimidas contra a dominação imperialista, sob o programa da revolução social e da estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Pernambuco

Lançamento do livro “A concepção materialista da questão judaica”

No dia 14 de dezembro, a Coordenação Regional Nordeste do POR realizou uma formação política com o apoio e presença do Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco. Inicialmente, foi apresentada a biografia de Abraham Leon, que, aos 24 anos, em 1942, publicou o livro “A concepção materialista da questão judaica”. Nascido em Varsóvia/Polônia em uma família que se vinculou ao movimento sionista em suas origens, tendo emigrado para a Palestina ainda nos anos 1920 e retornado à Europa. O contato com as ideias revolucionárias levará Leon a romper com o sionismo e a se vincular ao movimento trotskista, desempenhando um importante papel na construção da IV Internacional na Bélgica e articulando as demais seções europeias. Esse trabalho foi interrompido pela prisão por parte dos nazistas, tortura e assassinato nas câmaras de gás de Auschwitz, aos 26 anos.

A partir dos extratos, houve leitura coletiva e debate sobre o texto. Abraham Leon inicia sua obra seguindo o método de Marx que, em A Questão Judaica diz “Não procuremos o segredo do judeu em sua religião, mas procuremos o segredo da religião no judeu real”. Leon refere-se à ocupação israelita da Palestina, “terra do leite e do mel”, como fruto de uma invasão, ou seja, os hebreus não são os povos originários da região, previamente habitada pelos cananeus e filisteus. Leon mostra que a diáspora judaica é anterior à queda de Jerusalém (586 a. C.) e deveu-se principalmente a fatores econômicos derivados da geografia da Palestina, o que condicionou também a condição dos judeus como comerciantes.

O ódio aos judeus na Antiguidade e Idade Média deve-se à oposição da sociedade baseada nos valores de uso e nos mercados, ainda que haja uma relação de dependência entre o pro-

prietário de terras e o mercador. A oposição do cristianismo aos mercadores explica a resistência dos judeus a se integrarem à nova religião. “Não é, portanto, a fidelidade dos judeus à sua fé que explica a sua conservação enquanto grupo social distinto, mas ao contrário, sua preservação como grupo social distinto que explica o apego à sua fé”.

Leon classifica os judeus como povo-classe, por não haver diferenciação social significativa e desenvolve importantes reflexões sobre a relação entre raça/povo e classe, em que é frequente que as classes dominantes pertençam a determinado povo, enquanto as classes dominadas pertencem a outro, o que pode ser estendido, por exemplo, para a condição do negro na formação social brasileira ou a dos povos originários nos países andinos, identificados primeiramente com os camponeses.

Na era de ascensão do capitalismo, na Europa Ocidental, com a diferenciação social do judaísmo, favoreceu-se a assimilação, enquanto na Europa Oriental os judeus eram desenraizados de suas condições econômicas e levados a emigrar novamente. Passa a haver contingentes importantes dos judeus que integram a classe operária. A concentração nas cidades e a condição de imigrante propiciam também o desenvolvimento do antissemitismo moderno, assim como o desenvolvimento do nacionalismo judaico que terá o sionismo como uma de suas expressões ideológicas.

Sob o imperialismo, fase de desintegração do capitalismo, as condições de crise e desemprego levam o grande capital a se apoiar no racismo, que se manifesta também na forma de antissemitismo, para jogar os trabalhadores, sobretudo da pequena-burguesia, contra os judeus, canalizando o sentimento anticapitalista das massas para uma vertente residual do “capitalismo judaico”. Leon apresenta as origens do sionismo como ideologia da pequena-burguesia judaica e prognostica a incapacidade de solucionar a questão judaica. Mesmo que se viabilizasse um Estado judeu, ele seria completamente dominado pelo imperialismo inglês ou americano. A solução da questão judaica passa pela derrubada do capitalismo por meio da revolução proletária, levando a questão nacional a perder sua agudeza. O debate estabelecido foi muito rico, integrando a campanha do POR pelo fim do genocídio do povo palestino promovido pelo Estado sionista de Israel.

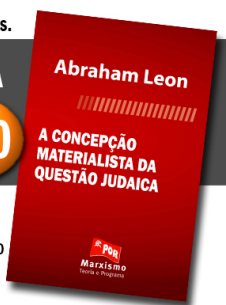
LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionais.



Participação do POR no podcast Fundo de Quintal sobre a Palestina

O POR foi convidado a participar do episódio de número 13 do podcast Fundo de Quintal. Esse episódio teve um caráter mais explicativo, exigindo dos entrevistadores um estudo prévio sobre o tema e a história da Palestina. No formato de perguntas e respostas, abordaram questões sobre a trajetória pessoal da militante, como o islamismo se relaciona com o pensamento socialista e de que forma um elemento levou ao outro. Durante o podcast, apresentamos dados históricos e analisamos como chegamos à situação atual, defendendo que apenas o socialismo e o internacionalismo proletário são capazes de resolver a ocupação ilegal israelense.

O programa teve duração de duas horas, nas quais foram discutidas questões nacionais e internacionais, destacando como o capitalismo permite que uma minoria organizada controle uma

maioria desorganizada. Explicamos que fatores histórico-religiosos determinam a situação a que se chegou atualmente e que uma análise marxista-leninista-trotskista aponta caminhos para superar essa situação catastrófica. Afirmamos que somente com a destruição do Estado de Israel por meio da revolução social seria possível derrotar o sionismo, já que Israel existe como expressão material da ideologia do sionismo. Por isso, o POR defende a criação de uma República Socialista da Palestina, baseada na autodeterminação dos povos, e que uma revolução só é possível por meio da união e do armamento das massas, o que permitirá que todos os povos da região coexistam em paz.

Abordamos a influência do lobby sionista, que está presente em diversas esferas econômicas, políticas e sociais, por um lado, e



a cobrança ao governo Lula que rompa as relações diplomáticas e comerciais com Israel, por outro, destacando os acordos de instituições educacionais, institutos e universidades federais que promovem propaganda de guerra e colonização. Atacamos a propaganda burguesa que apresenta Israel como um benfeitor, trazendo “tecnologia” e “democracia” aos camponeses palestinos. Além disso, condenamos o comércio de petróleo com Israel e a compra de armas israelenses pelo governo Tarcísio. Argumentamos que quem vende armas aos opressores fomenta a guerra de dominação e que não basta reconhecer o genocídio palestino; são necessárias ações concretas. Caso contrário, o governo federal também terá suas mãos manchadas com o sangue de palestinos inocentes.

Propagandeamos o livro “A Concepção Materialista da Questão Judaica”, de Abraham Leon, para ilustrar como o povo judeu foi historicamente oprimido – desde os egípcios, antes de Cristo, até os nazistas na Segunda Guerra Mundial. Explicamos que o termo “judeu” pode se referir tanto à religião quanto a uma etnia, mas o sionismo não está ligado à religião. No entanto, o sionismo utiliza conceitos como “terra prometida” e “antissemita” para justificar suas ações. Mostramos que muitos judeus sionistas, ao estudarem Trotsky, romperam com a religião e com o sionismo.

Defendemos a criação de uma República Socialista da Palestina e de uma Federação Socialista no Oriente Médio. Ressaltamos que apenas uma intervenção popular armada pode erradicar o Estado sionista e mencionamos a “crise de direção das massas”. Parafrazeando Marx, estamos no “esquecimento do esquecimento”. As classes trabalhadoras precisam entender sua posição de classe, mas são vítimas de um sistema que as priva de tempo e condições

para estudar, mutilando suas capacidades intelectuais e afastando-as da ciência do proletariado, o marxismo, e buscando ocultar a luta de classes.

Também falamos sobre a rota do gás natural e como Israel e os EUA já vinham planejando a exploração da região. Em outubro de 2023, Biden enviou caminhões e materiais para construir uma ponte de extração de gás no Mar Vermelho, na Faixa de Gaza. A Síria se torna uma rota estratégica para o transporte de gás, assim como o Líbano, enquanto a Faixa de Gaza é o local ideal para extração. Também mencionamos o papel de Erdogan, que mantém bases militares israelenses no porto de Mersin, na Turquia. Ressaltamos a conexão entre a violência global e local: a mesma arma que mata moradores de favelas no Brasil é usada contra os povos originários da Faixa de Gaza.

O podcast teve boa repercussão, com muitas visualizações durante a transmissão ao vivo. Recebemos comentários, inclusive de sionistas, que criticaram nossa fala. Mas mantivemos a posição firme. A moderação da entrevista precisou até mesmo intervir algumas vezes, pedindo respeito aos participantes.

Percebemos que alcançamos um público diferente daquele do Mesa de Debates: menos ligado à esquerda autointitulada revolucionária e mais à reformista. Também atraímos brasileiros da comunidade islâmica, que não são árabes, além de pessoas que já haviam assistido ao Mesa de Debates. Esta edição do podcast alcançou 180 visualizações ao vivo, tornando-se o episódio mais assistido até agora desse canal, superando outro que havia registrado 100 visualizações entre a transmissão ao vivo e a gravação.

Participação em debate sobre a situação palestina

O POR participou no dia 12/12 de um debate promovido pelo canal Mesa de Debates, que discutiu sobre a situação Palestina. Em nossa intervenção, ligamos as reivindicações populares às tarefas imediatas da revolução e à necessidade de construção do socialismo como única forma de dar resposta ao que acontece na Palestina, Líbano e Síria.

A exposição ressaltou que a luta pela autodeterminação dos povos exige a organização da população armada, pois nenhuma revolução é possível sem enfrentamento direto. Além disso, que apenas por meio de uma República Socialista da Palestina será possível garantir a libertação completa dos povos árabe, libanês e palestino. E, mais que isso, essa libertação só será viável no contexto da unificação dos povos da região sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Essa transformação não será promovida pelos governos atuais. Por exemplo, o Líbano está sem presidente e os regimes burgueses da região têm se mostrado incapazes de solucionar os impasses do país e enfrentar a potência militar sionista, representante direta do imperialismo no Oriente Médio. É o caso do Hezbollah, que sempre se opôs à proposta imperialista de dois Estados e, por isso, tem sido alvo constante de Israel. Cabe às massas camponesas, proletárias e da pequena burguesia se organizarem de maneira independente sob uma política proletária revolucionária para enfrentar o imperialismo e seu enclave na região.

Diante dos acontecimentos, foi abordada ainda a questão da Síria, onde defendemos que não podemos celebrar a queda do governo sírio de maneira ingênua. Apesar da libertação de prisioneiros e do fim da ditadura sanguinária, a realidade é que os rebeldes não se organizam sob uma política revolucionária e muitos grupos

no movimento Síria Livre foram, inclusive, financiados pelos Estados Unidos e pela Turquia. Este último mantém bases militares estratégicas, como no porto de Mersin, onde controla o fluxo de recursos no Oriente Médio. Isso mostra que a queda de Bashar al-Assad não se trata de uma vitória popular revolucionária. O que aconteceu com Saddam Hussein no Iraque, Mohamed Morsi no Egito e Muammar Gaddafi na Líbia e seus desfechos posteriores são exemplos que mostram o cuidado que devemos ter ao analisar a queda do governo Sírio.

No debate, dois dos participantes da mesa – um representante da Organização Árabe Palestina e outro do PSTU – trouxeram diversas referências históricas importantes, mas desviaram do debate central sobre qual será a solução concreta para os dramas vividos pelos explorados da região. Somente o POR colocou uma solução estratégica. O PSTU, que se reivindica do trotskismo, não levantou a bandeira socialista.

Uma terceira participante, ativista e filha de palestinos, acabou dando ênfase a declarações despolitizadas, chegando ao ponto de

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



chamar o povo árabe de “burro” por parabenizar o levante na Síria e sugerindo que não merecia a liberdade por sua suposta incapacidade de enxergar o óbvio. Infelizmente, essas declarações despolitizadas não contribuíram para o debate.

Na segunda rodada de intervenções, o PSTU, que havia publicado nota chamando o golpe de “revolução”, adotou uma postura ambígua: reconheceu a importância de esperar antes de comemorar, mas minimizou os aspectos negativos do levante, tratando-o como uma vitória contra um governo ditatorial. O outro participante foi mais enfático, declarando que se tratava de uma “revolução popular” e que “ditaduras nunca mais”. Ele também argumentou que o governo Bashar al-Assad nunca ajudou a Palestina, mas não apresentou soluções práticas.

De nossa parte, respondemos que é importante conhecer os antecendimentos para não repetir erros históricos. Nesse sentido, mencionamos o fato de Netanyahu, líder sionista, ter também pa-

rabenizado o levante, o que demonstra claramente os interesses imperialistas na queda do governo sírio, aliado da Rússia.

Respondemos também sobre “a Síria nunca ter ajudado a Palestina”, reforçando a necessidade de construir os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, através das organizações de massa para que a revolução social armada não seja desviada pelos interesses das classes dominantes, que mantêm a opressão sobre os explorados.

Ainda quanto ao “ditaduras nunca mais”, respondemos que a democracia é uma falácia, que vivemos uma ditadura – a ditadura de classe da burguesia –, que visa aos interesses da burguesia, e que por isso o POR luta pela ditadura proletária, ou seja, a ditadura da maioria explorada contra a minoria opressora.

Aproveitamos para divulgar o livro “A concepção materialista da questão judaica”, de Abraham Leon.

Formação política no Rio de Janeiro

O POR realizou, no dia 08 de dezembro de 2024, a sua formação política na zona oeste do Rio de Janeiro. A concretização desse evento representou um importante passo para a construção do partido na região. Apesar de a zona oeste corresponder a 70% do território da cidade e ser a região mais populosa do município, sofre por décadas com a desigualdade, abandono do poder público e violência, já que é o epicentro dos conflitos entre milícia, tráfico e estado, temas estes, que também foram levados em conta durante a discussão.

A formação se iniciou sob uma posição internacionalista, sendo discutida a questão da Coreia do Sul, a escalada bélica no Oriente Médio, principalmente focando no avanço sionista contra Gaza e o Líbano, e a guerra na Ucrânia, finalizando com a leitura do editorial do jornal Massas (nº 729) e abrindo para discussão entre os presentes.

Em um segundo momento do encontro, foi aberta a discussão nacional, tendo como base a contrarreforma do governo Lula, um o pacote antioperário e antipopular. Foram debatidas todas as nuances dessa contrarreforma. Para finalizar, foram debatidos pontos sobre a regional do Rio de Janeiro, como a greve dos professores, a crise na educação, a falta d’água e a violência. Problemas históricos, não somente da região, mas como da cidade como um todo. Uma vez finalizada a formação, a tendência é que o partido siga fazendo mais formações na região para aproximar contatos e discutir os problemas locais com a população trabalhadora do Rio.

A organização do POR no Rio de Janeiro fortalecerá a construção partidária em nível nacional. A formação política objetiva constituir quadros marxista-leninista-trotskistas capazes de materializar no seio do proletariado e da maioria oprimida o programa da revolução social.

São Paulo – Litoral Norte

O fórum de sindicatos e movimentos sociais do litoral norte de São paulo realizou debate em defesa do povo palestino e libanês

Ocorreu no dia 14 de dezembro de 2024, em Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo, o debate organizado pelo Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo em defesa do povo palestino e libanês e contra o genocídio realizado pelo Estado sionista de Israel.

O debate contou com a presença de três palestrantes, que fizeram exposições com diferentes aspectos sobre o tema.

A primeira palestrante fez um relato intimista, falando sobre experiências pessoais como descendente de imigrantes libaneses e de seus familiares, que conviveram e convivem diariamente com guerras civis, conflitos étnicos, religiosos, divisões, expulsões e massacres das populações nativas, compostas pelos povos árabes, por ocasião do processo de formação do Estado sionista de Israel.

O segundo palestrante fez uma exposição histórica sobre a formação do Estado de Israel, a formação do partido de extrema direita (Likud), a questão judaica, o antisemitismo, o antissionismo, o terrorismo, o Fatah e as guerras no Oriente Médio.

O terceiro palestrante expôs sobre a situação atual, tendo como base um artigo do jornal “FOLHA DE SÃO PAULO” sobre o poder destrutivo das armas do exército de Israel. Nas conclusões finais, houve divergências de posições dos palestrantes sobre a questão de como responder ao problema dos palestinos e libaneses. A primeira posição considerou que “acho difícil pensar em qualquer forma de organização, mas seria o ideal”, referindo-se ao comunismo. A segunda, concluiu dizendo que “como historiador tenho dificuldades de entender utopias” e que “é preciso votar melhor”. A terceira, discordou do “votar melhor”, concluindo que: “deve-

mos tomar o problema em nossas mãos”, e “não tem que aguardar uma revolução”, temos “ganhos intermediários” e que “é preciso pressionar o governo”, referindo-se à posição de fazer pressão ao governo Lula para romper relações diplomáticas e comerciais com Israel.

Após as exposições dos palestrantes, a mesa abriu a palavra aos presentes para perguntas e manifestações.

O POR participou da organização do debate, mas não compôs a mesa. Redigiu uma carta dirigida aos participantes, que foi lida em plenário. Fez uma breve exposição do livro “A concepção materialista da questão judaica” de Abraham Leon, como contribuição ao debate. Montou banca com livros, jornais, cartazes e bandeiras do partido.

Nas falas dos militantes poristas, além da denúncia do genocídio do povo palestino e libanês, procurou esclarecer que o genocídio ocorre justamente porque a intenção, não declarada, do Estado sionista de Israel é o de impulsionar sua política anexionista e colonialista, que resulta em extermínio das populações palestinas e libanesas. Política essa apoiada financeira e militarmente pelas forças do imperialismo, principalmente o norte-americano.

Um manifestante discordou da posição do POR de que o conflito entre o Hamas e Israel se trata de uma guerra. Esclarecemos a diferença entre guerra de dominação e guerra de libertação, que as guerras em curso se tratam de guerras de dominação, que não defendemos a guerra em geral, e sim as guerras de libertação, dando como exemplo a Revolução Russa, onde as massas transformaram a guerra de dominação (civil) em guerra civil de libertação. O POR levantou a necessidade de organizar as massas através da formação dos comitês de fábricas e de bairros para defender o povo palestino e libanês. Que as Centrais Sindicais e os sindicatos devem fazer uma campanha efetiva junto à classe operária e não apenas simbólica, como fizeram até agora. Mostrou que a resolução da questão judaica, palestina, libanesa e do Oriente Médio se trata de uma questão de classe, por meio da qual se responde à questão da opressão nacional. Defendeu a edificação do Estado Socialista da Palestina, Libanês e do Oriente Médio como única forma de pôr fim aos conflitos no Oriente Médio e à barbárie capitalista. Defendeu que a resolução definitiva das atrocidades sofridas pelos povos oprimidos do mundo passa pela formação de uma poderosa frente única anti-imperialista, sob a estratégia da revolução social e da ditadura do proletariado, em detrimento da bandeira levantada pelos reformistas e centristas de “Palestina Livre do Rio ao Mar”.

Segue o texto da carta apresentada pelo POR, compondo o debate, que foi distribuída aos presentes.

CARTA DO PARTIDO OPERÁRIO AOS PARTICIPANTES DO “DEBATE EM DEFESA DO POVO PALESTINO E LIBANÊS NO LITORAL NORTE SÃO PAULO

O Partido Operário Revolucionário participa e entende ser de grande importância a realização desse debate organizado pelo Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo. Essa importante atividade acontece em consonância com a campanha que o POR vem realizando junto às fábricas e em todas manifestações públicas desde o início da guerra entre o Estado Sionista de Israel e o Hamas e que se transformou em genocídio dos palestinos na Faixa de Gaza. Genocídio que se estendeu para o povo libanês e comparece como possível de se espalhar por todo o Oriente Médio em forma de guerra de dominação.

Era previsível que a intervenção do Estado de Israel não ficaria circunscrita à operação militar de devastação das cidades, caça ao Hamas e matança de civis palestinos. Isso por que o objetivo não explicitado pelo governo israelense é o de anexar por completo o que restou do território da Palestina. Desde que se constituiu o

Estado de Israel em 1948, a história da Palestina foi marcada pelo processo de expulsão dos palestinos e anexação territorial. Chegou-se ao extremo de confinar entre 2,1 a 2,4 milhões de palestinos na Faixa de Gaza. Reconhecidamente como um “campo de concentração a céu aberto”. 7,3 milhões foram expulsos da Palestina e se tornaram refugiados. Ficaram impedidos de retornarem. Esse processo mostra que o Estado de Israel somente pôde ser implantado como uma extensão tardia do colonialismo. Para isso, se constituiu como um enclave do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Sua subsistência não seria possível sem que se transformasse em uma potência militar. Somente alcançaria esse status no Oriente Médio com o financiamento estrutural dos Estados Unidos, que o transformou em uma poderosa máquina de guerra. Foi dotado de armas nucleares.

Os mais de cinquenta mil mortos, a maioria mulheres, crianças e velhos, o campo de concentração no qual os 2,4 milhões de palestinos vêm sendo sufocados há décadas e as ações anexadoras na Cisjordânia são justificadas por razões existenciais do Estado Sionista. O impedimento de se constituir um Estado palestino, ainda que limitado nos termos dos acordos de Oslo, tem as mesmas explicações. Segundo essa noção histórica colonialista, os palestinos não têm direito à existência, uma vez que sua existência é a negação da existência do Estado de Israel.

De fato, os 76 anos de história da implantação do Estado de Israel são de opressão aos palestinos e imposição de condições coloniais à sua permanência. Essa contradição não se limita ao pequeno território palestino. Faz parte das profundas restrições do Oriente Médio e mundial, potenciadas após a partilha do mundo resultante da Segunda Guerra Mundial. É nesse marco histórico que se evidencia a raiz da implantação do Estado Sionista por uma decisão do imperialismo em 1947.1948.

A causa histórica do povo judeu foi perfeitamente utilizada pelo capital financeiro, ou seja, pelas forças do imperialismo, que reconfiguraram a ordem mundial a partir dos acordos de Yalta, em 1945. O povo judeu, atingido pela diáspora e pela dispersão, não teria como recompor sua unidade originária por intermédio dos meios e dos métodos do imperialismo.

Os acontecimentos evidenciaram que o sionismo não cumpre a função histórica almejada pelo povo judeu, mas sim a função de instrumento do imperialismo norte-americano voltado à dominação no Oriente Médio. Concretamente, depois de mais de um ano de guerra, ficou patente que a resistência do Hamas não oferecia nenhum perigo existencial para o Estado de Israel. O apoio do Hezbollah também não. E o Irã o máximo que poderia fazer era continuar apoiando o Hamas e o Hezbollah, sem, contudo, oferecer qualquer risco existencial a Israel.

Os acordos de Abraão, traçados pelos Estados Unidos, desde 2020, vinham alinhando os países árabes em torno a um pacto de convivência com o Estado de Israel. O que implicava estabelecer uma unidade contra o Irã e os poucos países árabes que continuam a apoiar a causa dos palestinos. No fundo, o imperialismo norte-americano vinha trabalhando para cercear a penetração da China no Oriente Médio e a influência da Rússia sobre a Síria e o Irã. A matança na Faixa de Gaza e a reabertura do conflito com o Líbano paralisaram as iniciativas dos acordos de Abraão. Mas Israel conti-

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

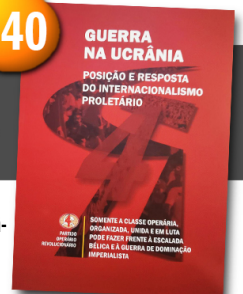
Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSIÇÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



nua protegido pelos países árabes, que nada fizeram para barrar a sua ofensiva genocida.

A incursão por terra no sul do Líbano e a continuidade dos bombardeios aéreos têm sido mais uma etapa da confrontação que projetou a guerra para o Oriente Médio. É visível que nos cálculos das autoridades israelenses a conflagração deveria envolver o Irã. Os Estados Unidos e Israel vêm há muito tempo agindo contra a independência nacional do Irã e a possibilidade de seu programa nuclear alcançar a bomba atômica. O imperialismo, com o apoio de seus serviços árabes e Israel, dita quem pode e quem não pode obter armas nucleares.

Certamente, não há um acordo geral entre as potências de dar carta branca a Netanyahu. O Conselho de Segurança da ONU, por sua vez, esteve dividido e incapaz de impedir a proliferação da guerra no Oriente Médio. Em síntese, os acontecimentos expressam o agravamento da crise no Oriente Médio, como parte da crise mundial do capitalismo que vem impulsionando a guerra comercial e as tendências bélicas.

França

Dia nacional de greve dos servidores públicos franceses é mais um sintoma da crise capitalista mundial

No dia 5 de dezembro de 2024, o então primeiro-ministro francês, Michel Barnier, apresentou seu pedido de demissão ao presidente Macron. Um dia antes, a Assembleia Nacional francesa havia aprovado moção de censura a Barnier. Trata-se apenas da segunda vez na qual um primeiro-ministro sofre tal censura e o mandato mais curto de um representante neste cargo na história da Quinta República. Assim, é mais uma expressão do aprofundamento do processo de decomposição do sistema capitalista mundial.

Após as eleições no meio do ano, o derrotado Macron se encontrou em uma situação de ainda maior instabilidade. Em nível parlamentar, o país se encontra dividido entre a União Nacional (extrema direita) e a Nova Frente Popular (centro-esquerda), que foram aqueles que angariam mais votos pela moção de censura. Contudo, não são os movimentos e pressões parlamentares que explicam essencialmente a queda de Barnier. Trata-se da profunda crise do sistema capitalista e da incapacidade da burguesia imperialista francesa responder à situação de outra forma que não seja atacando os direitos dos trabalhadores.

Em outubro de 2024, o governo Francês havia proposto plano de corte de gastos na casa dos 60 bilhões de euros. A dívida pública do país representa 112% do PIB e a conta, como sempre, recairia sobre as classes trabalhadoras. A maior parte dos ataques ocorreria no setor público: previsão de 40 bilhões de euros em cortes. O restante se realizaria com base na taxação de grandes fortunas e empresas. Aqui se vê o fundo econômico que explica por que extrema-direita e centro-esquerda votaram juntas contra Barnier.

A aprovação da moção de censura à Barnier no dia 4 de dezembro representou o adiamento do plano de austeridade, contudo, outras políticas se mantiveram na ordem do dia, que motivaram a greve geral do dia cinco de dezembro. A greve geral proposta visava desafiar, sobretudo os ataques aos servidores públicos: extensão do período de espera para recebimento do salário em função de licença-médica para três dias e redução da licença-saúde de 100% para 90%, além de demissões.

O anúncio até então não revogado era da manutenção de cortes nos serviços públicos no valor de 1,2 bilhão de euros e o setor mais afetado seria o do magistério francês. Os sindicatos estimam

Houve um arrefecimento das manifestações das massas mundiais, que desde o início da guerra na Ucrânia e da matança na Faixa de Gaza vêm acompanhando a ascensão dos confrontos militares. É sintomático o fato das manifestações pró-palestinos terem sido retraídas e recuadas. Sem as mobilizações operárias e populares, o imperialismo continuará potenciando as confrontações econômicas e militares.

Nesse sentido, o debate que o Fórum de Sindicatos e movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo realiza em defesa do povo palestino e libanês e contra o genocídio praticado pelo Estado Sionista de Israel ganha uma importância particular.

O Partido Operário Revolucionário tem se esforçado por organizar a luta do povo palestino sob a estratégia da República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Por uma poderosa frente única anti-imperialista para acabar com a guerra e o genocídio do povo palestino e libanês!

fechamentos de escolas e cantinas, além da demissão de quatro mil professores caso as medidas não sejam retiradas. Além disso, afirmam que o ataque às licenças-médicas atacará, sobretudo, os professores franceses.

No dia 5 de dezembro, a greve contou com expressiva mobilização dos servidores, em que se registrou o fechamento de centenas de escolas em Paris e outras importantes cidades na França. Além disso, houve registros de diversas manifestações pelo país contra as medidas do governo.

Tudo isso demonstra, por um lado, a disposição de luta dos trabalhadores. Por outro, a profunda crise do capitalismo em decomposição. Neste contexto, urge a construção de uma direção revolucionária capaz de conduzir o proletariado francês e mundial à vitória, que só poderá ser alcançada enterrando de vez o modo de produção capitalista.



35 anos construindo o partido-programa

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E
OS DIENAS TRABALHADORES,
PODEM DEBILITAR O ESTADO
SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS
UNIDOS E A LIGAÇÃO

"O marxismo-leninismo-trotskismo nunca desprezou a chamada questão judaica e esteve à frente dos combates contra a reação antisemita, mas a assumiu como uma tarefa da revolução socialista. A caracterização de que o sionismo expressava o nacionalismo reacionário está plenamente confirmado. A criação do Estado judaico não poderia ter outra feição senão a do colonialismo em plena época de desintegração do capitalismo. Para se sustentar, foi edificado como um Estado racial-militarista. Será destruído pela revolução proletária.

4 de setembro de 2014"

Entrevista - TV A Comuna

A crise capitalista e as guerras atuais

Abaixo transcrevemos a entrevista dada pelo Partido Operário Revolucionário (POR) à TV A Comuna, no dia 12 de dezembro.

Veja, Nelson, você disse que constatou cerca de 70 conflitos armados e guerras, na atualidade. No entanto, essas guerras se diferenciam. No caso da Guerra da Ucrânia, guarda uma particular importância, porque tem a ver com o processo de restauração capitalista e da queda da URSS. Então, tem essa particularidade que a distingue de outras guerras. No caso da guerra na faixa de Gaza, a particularidade está em que foi implantado o Estado Sionista de Israel em 1948 com o objetivo jurídico de constituir dois Estados e, evidentemente, se tratava de uma decisão da ONU sob a égide dos Estados Unidos que iria causar um grande confronto entre judeus e palestinos, sobretudo, entre judeus emigrados e palestinos. Então, tem essa particularidade. Assistimos também às guerras na África, que têm sido constantes. No momento a Guerra do Sudão, os conflitos do Sudão têm importância, mas temos visto igualmente o que se passa na região do SAEL, nos conflitos dos países do SAEL, nos choques com a dominação imperialista, principalmente, francesa. Então, é um quadro de guerra extremamente distinto do passado.

É bom lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, inúmeras foram as guerras. Depois da Guerra da Coreia, que terminou em 1953, sobreveio a longa guerra do Vietnã, que começou na década de 1950. É bom lembrar que, na década de 70, essa guerra teve uma projeção mundial, dado a profundidade do conflito, com a intervenção norte-americana, nos marcos e no auge da Guerra Fria. Eis por que, por exemplo, sua enorme importância. Mas, depois dessa guerra na Ásia, tivemos a intervenção norte-americana no Oriente Médio, com as duas guerras levadas a cabo pelos Estados Unidos, sendo que a última intervenção do governo Bush contra o Iraque deixou cerca de um milhão de mortos. Também foi uma guerra muito importante. É bom lembrar que recentemente os Estados Unidos saíram do Afeganistão, depois de uma intervenção de forma claramente colonialista, de dominação imperialista. Como se constata, inúmeras foram as guerras desse momento, mas nenhuma delas teve a projeção como a da guerra da Ucrânia, fundamentalmente. E a projeção que tem a guerra da Ucrânia tem a ver com a possibilidade de um confronto do imperialismo, dos Estados Unidos com a Rússia. Aí são potências, do ponto de vista armado, que diz respeito à capacidade nuclear. Então, esse confronto é extremamente distinto, num momento em que a crise econômica do capitalismo se aprofunda, tanto é que o tema, muito bem escolhido, é o da relação entre a crise econômica do capitalismo e as guerras.

É bom lembrar, talvez, mais como uma rápida recordação, que a Primeira Guerra Mundial indicou o esgotamento do ordenamento mundial do século XIX que foi o de uma época de domínio das guerras progressivas de formação dos Estados nacionais. Notava-se que o sistema econômico e político liberal desse período chegava esgotado no início do século XX, dando lugar à fase do imperialismo, que Lênin caracterizou cientificamente como a fase superior do capitalismo e a fase última do capitalismo, que quer dizer que o capitalismo nessa etapa era e é de um capitalismo esgotado e em processo de decomposição. Isso significou, e significa até hoje, que as guerras têm também uma particularidade própria da época do imperialismo, distinta das guerras anteriores da época de formação dos Estados nacionais, provenientes das vitórias da burguesia contra o regime social feudal que teve como seu ponto de partida a Revolução Francesa. As guerras jogam um papel progressivo quanto expressam a imperiosa necessidade de desen-

volvimento das forças produtivas. Na época do capitalismo imperialista, as guerras gestadas pelas potências são regressivas e bárbaras precisamente porque destroem forças produtivas. Somente as guerras civis travadas pelo proletariado voltadas a transformar as relações de produção são progressivas nos termos marxistas.

Então, se verifica que o ordenamento mundial estabelecido na fase anterior do capitalismo liberal entrou em colapso e teve de dar lugar a um novo sistema, a uma nova organização. E essa organização vai se caracterizar como a de domínio imperialista, onde a partilha do mundo se torna uma necessidade imperiosa. A Primeira Guerra Mundial, portanto, vai se caracterizar justamente como expressão bárbara do capitalismo esgotado. A luta entre as potências, no caso as impulsionadas pela Alemanha, que encabeçou tanto a Primeira Guerra, como a Segunda Guerra Mundial, se processaram em torno às disputas por mercados, por possessões e por anexações. Então, se vê que a Primeira e a Segunda Guerra Mundial vão marcar todo o período, todo o ordenamento da fase imperialista.

É importante compreender a relação entre ordenamento mundial, a crise econômica, e os choques econômicos. Justamente porque a Segunda Guerra Mundial, que devastou a Europa, o Japão e parte importante da Ásia, incluindo a China, se tornou inevitável porque o ordenamento estabelecido após a Primeira Guerra, com o acordo de Versalhes, não acomodou os interesses das potências. Um novo ordenamento se estabeleceu na Segunda Guerra Mundial, a partir dos acordos de Yalta e Potsdam, que impuseram uma nova divisão do mundo. Esse ordenamento, desta vez, se estruturará sob a hegemonia norte-americana. Quer dizer, o grande vencedor da Segunda Guerra Mundial foram os Estados Unidos, que se elevaram como uma potência capaz de ditar o novo ordenamento. E esse ordenamento, que vai passar por algumas fases de desenvolvimento econômico, como é o caso, por exemplo, da recuperação da Europa, traçado e garantido pelo plano Marshall. Nota-se que a recuperação da Europa pelas mãos dos Estados Unidos indicou como a Europa, que foi o berço do capitalismo, se encontrava afundada em ruínas, em destruição de forças produtivas. E os Estados Unidos se aproveitaram da Segunda Guerra para potencializar tanto sua capacidade militar quanto sua potencialidade econômica. Por isso, o imperialismo norte-americano vitorioso dirigirá a reconstrução pós-segunda Guerra Mundial, impondo uma disciplina férrea às frações do capitalismo monopolista.

Essa reconstrução se chocava com a Revolução de Outubro de 1917, protagonizada pelo proletariado nas condições da Primeira Guerra Mundial. O seja se chocava com a existência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma obra constituída pela revolução social e que determinava um caminho distinto do caminho da dominação imperialista. Eis por que nas entranhas do novo ordenamento os Estados Unidos traçaram a estratégia da Guerra Fria, que no fundo abrigava uma terceira guerra. O que implicou não simplesmente em luta ideológica contra o comunismo - implicou a constituição da OTAN (). Esse braço armado do imperialismo internacional apontava para a destruição da URSS e servia como instrumento da contrarrevolução mundial.

Esse período de reconstituição, depois da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu uma nova ordem mundial. Essa nova ordem, certamente, incorporava elementos estruturais da Primeira Guerra Mundial. como (...) Mas, pela vastidão da Segunda Guerra e pelo fato de os Estados Unidos emergirem com um completo



domínio sobre todas as frações do imperialismo –, a potência norte-americana passa a dirigir centralizadamente todas as frações do imperialismo contra os processos revolucionários originados em 1917 e as conquistas socialistas do proletariado mundial. A nova ordem nascida da Segunda Guerra se materializa na hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos. As guerras que estamos vivendo e analisando hoje são indicadores de que está em processo de desmoronamento a ordem estabelecida no pós-guerra. Esse é o ponto que pretendo chegar. A guerra que estamos vivendo hoje na Ucrânia é uma expressão da falência dessa ordem constituída no pós-segunda Guerra Mundial. As 70 guerras que Nelson citou, e as anteriores que mencionei, como a brutal guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, foram e são guerras que refletem a decomposição da ordem mundial constituída pelos acordos de Yalta e Potsdam.

É bom entender que a desintegração dessa nova ordem mundial resultante da Segunda Guerra tem um fundo econômico. E aí está a questão da crise mundial do capitalismo. Uma das funções das guerras, principalmente da Primeira Guerra e da Segunda Guerra, é a de destruir forças produtivas, é a de destruir a capacidade instalada em função do próprio esgotamento do desenvolvimento econômico. A explicação se encontra no fato de que as forças produtivas altamente desenvolvidas se chocam com as relações capitalistas de produção, que estão desenhadas pela forma monopolista e pela dominação do capital financeiro. Essa lei econômica traz em seu interior as tendências bélicas, que, por ora, se manifestam regionalmente, mas que confluem em direção a confrontos mundiais. O que ocorre na Ucrânia e na faixa de Gaza é a manifestação dessa tendência à confrontação mundial, que não aparecia visivelmente nas outras guerras que acabei de citar.

No caso, por exemplo, da Faixa de Gaza, que aparece como sendo uma guerra muito particular entre o Estado sionista e os palestinos, incluindo a Cisjordânia e mais diretamente o Líbano, na realidade, expressa as mesmas raízes da guerra na Ucrânia, que evidenciam a decomposição mundial do capitalismo. Essa é a questão que aparece em termos correlatos das guerras atuais com a questão da crise econômica do capitalismo.

Basta observar que, depois da reconstrução do plano Marshall, todo o movimento por unificar os países na Europa, inclusive, com a criação da Zona do Euro, e depois com a crise do BREXIT, da saída da Grã-Bretanha, se verifica que a Europa se encontra no fundo do poço. É uma Europa em crise, em crise tão grave quanto às crises por que passou no passado, que levaram os países a provocarem a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. Mas essa crise é mais ampla e profunda que as do passado. Não se limita à Europa. Os Estados Unidos se encontram hoje também em situação de conflito mundial com a China, devido à sua emersão como uma potência econômica. E essa nova potência econômica se deu num quadro de restauração capitalista. A restauração permitiu que a China, por suas particularidades demográficas, suas particularidades de conquistas da Revolução de 1949 etc., se colocasse no centro da guerra comercial. A guerra comercial que nunca deixou de existir – no imperialismo a guerra comercial faz parte da sua natureza. Mas a guerra comercial dos Estados Unidos com a China toma uma envergadura, um volume, muito superior às guerras comerciais mais pontualizadas. Agora, se trata de uma guerra comercial que está indicando um confronto que envolve mais espaço que o da Ásia. O cerco que a China está sofrendo pelos Estados Unidos e a necessidade de reagir, procurando certos alinhamentos internacionais, como é o caso da formação do BRICS e da influência no G20, vão aparecendo em função dessa crise da ordem mundial do pós-Segunda Guerra. Está delineando-se um horizonte de conflito mais profundo. Um conflito que se despontou na Europa, ali na Ucrânia, desde o início do surgimento dessa guerra, que já dura três anos, iniciada em 24 de fevereiro de 2022. Essa longa guerra indicou, evidenciou e impulsionou a escalada militar mundial.

E nota-se que todo o período que se tentou fazer um ajuste, uma aproximação entre o imperialismo e a Rússia, assim que caiu a União das Repúblicas Soviéticas, inclusive a decretação do fim da Guerra Fria, a tentativa de fazer acordos militares em torno à energia nuclear, os chamados acordos START, todo esse edifício desabou. As guerras, no presente, estão confluindo para um confronto mundial que, não por acaso, suscitou a discussão sobre se é possível ou não uma terceira guerra mundial. Fala-se, hoje, numa terceira guerra mundial, certamente como hipótese, como probabilidade, não é uma algo imediatista, mas que está indicando a profundidade da crise mundial do capitalismo. E a crise mundial do capitalismo é uma crise de superprodução, é uma crise de excesso de produção. As novas tecnologias, que agora estão na crista da onda, com o avanço da inteligência artificial, todos esses mecanismos de novos elementos que compõem as cadeias de produção e de comércio, envolvendo os sofisticados chips e as novas matérias-primas, desencadeiam a corrida por seus controles, de forma que se sobrepõem as tendências bélicas sobre a diplomacia e os acordos de cooperação. De conjunto, a marcha dos conflitos está indicando que o capitalismo não tem como ser reformado, não tem como ter soluções de pacificação, não tem como resolver os antagonismos pelas vias diplomáticas e comerciais. Veja como o G20, que acabou de se realizar no Rio de Janeiro, fracassou, e vai fracassar qualquer outra reunião que envolva a hegemonia do imperialismo. Mesmo no caso do BRICS, que se encontra numa encruzilhada, não vai achar uma solução que freie o ímpeto das potências dominantes, não tem como ir adiante com a bandeira de uma nova ordem multipolar. Não é possível pôr em prática um movimento pela propalada nova ordem mundial. A velha ordem do pós-guerra se desintegra sem que a burguesia mundial tenha outra para substituí-la. De forma que imperam as tendências bélicas.

Dessas considerações advém um problema de máxima importância: o processo de desintegração do capitalismo, marcado pelas guerras e pelas movimentações armamentistas, abrigou vários acontecimentos fundamentais, que resultaram na liquidação de conquistas revolucionárias do século passado. A restauração capitalista é uma destruição de conquistas revolucionárias, porque as revoluções que se impuseram desde a Primeira Guerra Mundial estabeleceram a transição do capitalismo ao socialismo. Essa transição do capitalismo ao socialismo é determinada por condições objetivas, porque o imperialismo é a fase superior do capitalismo que traz em suas entranhas todos os elementos fundamentais para a sua transformação em uma sociedade socialista, e a sociedade socialista é uma sociedade que processará a luta pela abolição das classes, que concluirá na sociedade comunista. O fato das contrarrevoluções destruírem as direções revolucionárias, de destruírem as organizações revolucionárias e de regredirem as organizações independentes da classe operária resultou em uma crise de direção profunda. Nesse processo tem grande importância o fato de, na Revolução Russa, ter surgido e triunfado a burocracia estalinista. A burocratização do Estado Operário e o revisionismo do marxismo-leninismo encarnados por Stalin e seus adeptos foram responsáveis pelos retrocessos e liquidação das organizações revolucionárias do proletariado. Foi um momento de grande importância a liquidação da Terceira Internacional, em 1943, a mando de Stalin. Indicou os perigos que corriam à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas de vir a desabar, mais cedo ou mais tarde. O estalinismo materializou a contrarrevolução – o termidor – no interior da revolução. Não dá para detalhar aqui os aspectos dessa crise. Apenas assinalamos a importância da cisão entre a Revolução Russa e a Revolução Chinesa, provocada pelo processo de estalinização. O conflito sino-soviético dos anos 70 foi extremamente grave para a classe operária mundial e para as conquistas da Revolução.

Falamos da crise econômica e das tendências bélicas do capitalismo e da necessidade de se lutar contra essas guerras de dominação, tendo como princípio, como fundamento programático,

as guerras de libertação, quer dizer, tendo como visão histórica as revoluções sociais, a necessidade da revolução social, que é a retomada dos elos da revolução, das revoluções que ocorreram já no século XX. Daí a crise de direção é um elemento fundamental para se compreender a atualidade, e os motivos pelos quais a classe operária não está hoje à frente na luta contra as guerras, que são guerras de dominação. Nós vimos a importância do movimento contra o genocídio na faixa de Gaza, que começou com um movimento bastante forte, internacional, ao ponto de, nos Estados Unidos, até a juventude da pequena burguesia, afeita ao partido democrata, ocupar as universidades. Então, essa movimentação que deu uma expressão anti-imperialista à dominação do Estado de Israel sobre Gaza e a sua expressão em toda em todo o Oriente Médio. Esse movimento de massa mostrou o caminho da luta contra a opressão nacional, que vem se destacando nas condições de desintegração da ordem capitalista do pós-guerra. É por esse caminho que as massas e sua vanguarda com consciência de classe farão o enfrentamento às guerras.

No caso da Guerra da Ucrânia, nota-se que as manifestações foram muito limitadas, circunscritas a alguns países da Europa. Aqui, no Brasil, não tivemos praticamente absolutamente nada. No entanto, a guerra na Ucrânia é praticamente a ponta de lança de um conflito mundial maior. E por que isso? Porque a crise de direção é tão profunda e há uma confusão muito grande sobre a questão de como a Ucrânia está sendo usada pelo imperialismo para apertar o cerco à Rússia. Está sendo usada numa guerra em que, de um lado, expressa a necessidade do imperialismo de penetrar em toda a região antes pertencente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e incorporar as ex repúblicas soviéticas, e, por outro, a necessidade da própria Rússia, que é restauracionista, de manter a sua independência e condição de potência regional, o que a impele a oprimir as nacionalidades à sua volta. Nessas condições, as massas não reagiram por um determinado caminho contrário à guerras, refletindo a profunda crise de direção.

Esse é o ponto chave que nos interessa entender, porque não basta discutir a gravidade da situação, não basta entender os perigos de a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China se transformar numa guerra em torno a Taiwan, não basta entender a gravidade do momento. É necessário que haja uma luta pela recuperação do terreno perdido pela classe operária. Isso significa construir os partidos revolucionários - não há outro caminho. A vanguarda marxista-leninista-trotskista está diante da necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Vejam que a Terceira Internacional foi um pilar dos mais avançados, porque constituiu o Partido Mundial da Revolução Socialista. Ao ser liquidado por Stalin, o movimento de oposição da esquerda revolucionária, liderado por Trotsky, se encarregou de superar a crise

de direção, cabendo a tarefa de construir a Quarta Internacional, a exemplo do que fez Lênin diante da liquidação da II Internacional pelo revisionismo socialdemocrata. Mas a IV Internacional, naquela situação de confusão ideológica e de perseguição brutal desencadeada pela ditadura burocrática sobre Trotsky e toda a oposição na Rússia - incluindo os infames Processos de Moscou -, portanto, todo um processo de destruição do caminho que podia recuperar as conquistas da Terceira Internacional, acabou também não indo adiante após o assassinato de Trotsky em agosto de 1940. A IV Internacional acabou se esfacelando na década de 1960, resultante de um processo revisionista-liquidacionista iniciado em meado de 1950. O Programa de Transição conserva a sua atualidade, e é a base para reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Existe hoje um relativo vazio ideológico e partidário que se deve tratar com muito cuidado. Há que se observar as tendências da crise mundial do capitalismo, em cujas entranhas se potencia a luta de classes. Você está vendo inclusive greves nos países, por exemplo, a greve da Volkswagen é muito significativa na Alemanha. Mesmo a greve que houve na Samsung, na Coreia do Sul, também é representativa. Têm ocorrido movimentos grevistas em toda a parte. Mas, logo são isolados pelas direções conciliadoras e traidoras, de forma que não têm podido expressar um programa de luta vinculado contra as guerras.

Para concluir, poderia dizer em resumo os seguintes aspectos. Primeiro, que a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, envolve e reflete a crise geral do capitalismo no Oriente Médio. Nesse preciso momento, as confrontações se manifestam na Síria, que tem a particularidade de enfrentar uma longa guerra civil e a intervenção de potências externas. Faz parte dessa crise, desse conflito, as tendências bélicas presentes no Oriente Médio. Seguindo nossa linha de raciocínio, a movimentação da guerra e a escalada militar estão expressando o desabamento da ordem mundial constituída a partir da Segunda Guerra Mundial. Segundo, a emergência da China resultante do seu processo de restauração capitalista se choca como a hegemonia norte-americana. Então, se verifica que, neste processo de crise da ordem mundial, se tem o choque econômico que vem trazendo nas suas entranhas essas guerras. que vem gestando os perigos de um confronto mais amplo, tanto na Europa como na Ásia. Terceiro, a guerra que se expande da Faixa de Gaza para o Oriente Médio, agora envolvendo diretamente a Síria, confirma o processo geral de desintegração da ordem do pós-Segunda Guerra. Quarto, a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, que nós, do Partido Operário Revolucionário, marxistas-leninistas-trotskistas, defendemos na luta pela reconstrução da Quarta Internacional, com o seu Programa de Transição.

Sintetizo assim a exposição, e abro para as considerações dos ouvintes. Obrigado.

Resposta à pergunta sobre significado da queda do governo de Assad

Alguém perguntou sobre o significado da queda do governo Assad para o imperialismo e quais as tarefas do proletariado na Síria.

- O movimento dirigido pela Organização do Levante pela Libertação da Síria (HTS) é jihadista, nacionalista, não é um movimento revolucionário. Vamos deixar bem claro. Embora esteja expressando a derrubada de uma ditadura já decomposta, a ditadura de Assad, e seja impressionante quando se revela a prisão, e como eram os porões do regime totalitário, não se pode considerar que a Síria passa uma revolução de libertação nacional das forças externas. Esse movimento não derrotou o regime de Assad para estabelecer um governo revolucionário. Não é isso? Não se constituirá um governo revolucionário, operário e camponês. Acho que essa é a primeira consideração a ser feita, para não se ter a ilusão de que ocorreu uma revolução democrática, que avançará no sentido das tarefas revolucionárias.

- Me permita, Erson, essa rebelião - essa tomada do Estado - na verdade, interessa ao imperialismo. Os Estados Unidos estão por trás, tanto os Estados Unidos como o governo de Israel e ainda a Turquia. Esses três Estados colaboraram para essa tomada do poder por essas forças reacionárias.

- Sim, eu ia chegar aí, justamente para mostrar como o movimento do HTS, tinha e tem por trás forças que não são de emancipação das nacionalidades oprimidas. Isso é importante entender. E vejam como que nacionalidades oprimidas, como é o caso dos curdos, são nacionalidades que são controladas pelos Estados Unidos e aliados. A região que os curdos têm na Síria é uma região petrolífera, controlada pelas multinacionais norte-americanas. Aí você vê que a Turquia exerce também a ditadura sobre os curdos. A nacionalidade curda é extremamente oprimida. É bom lembrar a guerra que houve no Iraque, o quanto que o Curdistão sofreu. Então, se vê que o problema, como eu disse, das nacionalidades oprimidas

é chave na derrubada do governo de Assad. Porque o governo de Assad também oprimia as nacionalidades. É visível que o movimento que derrubou o regime de Assad, que foi sustentado pela Rússia e Irã, é um movimento amparado na influência do capital externo e com a interferência decisiva dos Estados Unidos.

Por isso que se tem aí os interesses norte-americanos na queda desse governo. É do interesse dos Estados Unidos o enfraquecimento da presença russa e iraniana na Síria. A própria presença da Rússia e do Irã na Síria nunca esteve no sentido da defesa da autodeterminação das nações oprimidas. Nunca se colocou a questão, veja, de combater as posições do governo Assad de opressão. Há um emaranhado de contradições sobre as nacionalidades sobre as quais pesam as forças estrangeiras no interior da Síria. Por isso que uma revolução na Síria necessariamente começa pela expulsão de todas as forças estranhas às necessidades da autodeterminação nacional. E o caso específico de Israel que, como mostrei na exposição, serve aos Estados Unidos, sendo assim necessariamente expansionista, anexionista. Não por acaso, anexou parte das Colinas de Golã em 1981, depois da guerra de Seis Dias em 1967. A anexação de Golã já foi uma indicação de como é importante para Israel se apossar de parte da Síria. É do interesse do colonialismo sionista a queda de Assad. E não por acaso que os Estados Unidos e Israel atacaram as Forças Armadas da Síria. O objetivo é o de desarmar completamente o novo governo. Está bem claro que se trata de uma intervenção de guerra, aproveitando a derrubada

do Assad e a fraqueza do governo que o substituirá. Esses fatores também comprovam que não houve uma derrubada revolucionária do regime na Síria. Indica, certamente, a falência do governo de Assad, porque era um governo de opressão e dependente dos interesses da Rússia e do Irã. Indica também a falência daqueles que o apoiaram, como é o caso da Rússia e o caso do Irã. Ao mesmo tempo, indica o avanço, nesse terreno, do imperialismo. A guerra na Faixa de Gaza e no Líbano praticamente desmontou a Síria. A Síria passou a ser um fator na guerra de Israel contra o povo palestino. É um fator, justamente porque ali estava a presença do Irã. Era necessário que essa presença fosse retirada. Então, essa é a questão. Por isso, ou se organiza um movimento revolucionário das massas oprimidas, ou se continua com o processo de opressão nacional e de desintegração no Oriente Médio. Acho que essa aqui é a questão fundamental.

A outra pergunta foi sobre a resposta revolucionária, defendemos a unidade da Síria contra a desintegração, o esquiteamento, a balcanização. Mas para ser contra o esquiteamento da Síria, é preciso que ela ganhe independência. E essa independência se apoia na garantia da autodeterminação das nações que pertencem àquela região. E, portanto, só um movimento operário e camponês, um movimento revolucionário que estabeleça um governo operário e camponês, pode garantir autodeterminação e aí se chocar com toda a dominação que exerce o imperialismo no Oriente Médio. Essa é a problemática vivida agora.



Trotsky

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* nº 705, o *Partido Operário Revolucionário (POR)* iniciou a exposição sobre as formulações de Trotsky em torno à burocratização do Estado soviético, ao revisionismo estalinista, à liquidação do Partido Bolchevique e da III Internacional e à luta da Oposição de Esquerda contra as tendências restauracionistas. As sínteses apresentadas correspondem aos vinte e seis volumes que contêm artigos, documentos, declarações, manifestos e entrevistas, reunidos na coleção *Escritos, Editorial Pluma, Bogotá, 1977*, preenchendo os anos de 1929 a 1940. Tomamos o cuidado de evitar interpretações. Tudo indica que a exposição manteve a mais completa fidelidade ao pensamento de Trotsky.

Partimos da compreensão de que a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 26 de dezembro de 1991 confirmou o prognóstico de Trotsky de que sem a revolução política o termidor estalinista levaria à restauração do capitalismo. Trotsky rejeitou e combateu inflexivelmente aqueles que advogavam a tese de que já não havia Estado operário e que a restauração estava concluída. Esse erro analítico, se não fosse desfeito, poderia ter causado um grande desastre no movimento pela IV Internacional, organizado e diri-

gido por Trotsky. A bandeira de defesa da URSS contra o cerco imperialista se mostrou completamente acertada nas condições de emergência da Segunda Guerra Mundial.

Trotsky foi assassinado a mando de Stalin em 20 de agosto de 1940, quando a URSS corria o perigo da confrontação imperialista na Europa, que eclodiu em setembro de 1939. O Programa de Transição da IV Internacional, de setembro de 1938, indicou que o grande problema consistia na crise de direção. As revoluções derrotadas e as dificuldades em derrubar a ditadura estalinista por meio da revolução política agravaram ainda mais a crise de direção. O empenho de Trotsky e de seus camaradas mais lúcidos em construir a IV Internacional foi decisivo para se constituir uma trincheira histórica de enfrentamento à crise de direção. O seu legado se sintetiza no Programa de Transição. Esse documento do Partido Mundial da Revolução Socialista se ampara na trajetória programática de combate à burocratização do Estado operário e à degeneração do Partido Comunista da URSS pelo revisionismo estalinista.

A análise e demonstração do processo de burocratização do Estado soviético evidenciaram um fenômeno até então desconhecido, uma vez que se manifestou como

uma força social restauracionista das relações capitalistas de produção. Os inúmeros documentos expostos nesse período de 1929 a 1940 mostram os elos do percurso do termidor e das formulações desde a Oposição de Esquerda Russa à fundação da IV Internacional.

A interdependência entre os diagnósticos e prognósticos apresentados em cada situação concreta, que envolvia as diretrizes nacional e internacional do estalinismo, guiada pela tese do “socialismo em um só país”, refletia a orientação programática do marxismo-leninismo de defesa das conquistas da Revolução de Outubro de 1917, condicionada à reforma do Estado soviético e à revolução política. A vitória do termidor estalinista contra a Oposição de Esquerda e as condições completamente adversas à constituição da IV Internacional reforçavam o prognóstico de que a URSS poderia ser varrida pela contrarrevolução. O que se daria, no entanto, nas condições de decomposição do capitalismo mundial. No caso de a revolução política não encontrar um terreno favorável, a vitória final do termidor tão somente corresponderia a um momento histórico, embora de regressão inimaginável.

A liquidação da URSS sob a condução

do Partido Comunista estalinista veio a ocorrer meio século depois do assassinato de Trotsky. A restauração capitalista resultou na interrupção transitória das transformações do capitalismo em socialismo e no retrocesso da luta das nacionalidades oprimidas pela autodeterminação. Nesses 33 anos de dissolução da URSS, o capitalismo tem sido abalado por uma sequência de crises econômicas e sociais. A guerra comercial se potencializou; a escalada militar avançou. O antagonismo entre a riqueza concentrada e a pobreza disseminada atingiu proporções muito superiores ao do passado das duas guerras mundiais.

O edifício erguido nos acordos de Yalta e Potsdam se mostra incapaz de evitar os choques entre as potências econômicas

e militares que repercutem em toda a região e em todo o país. A guerra na Ucrânia desencadeada trinta e um anos após a dissolução da URSS não deixa de refletir a relação entre a contrarrevolução restauracionista e a decomposição da ordem constituída após a Segunda Guerra Mundial. É sintomático que o Estado sionista de Israel, constituído por uma decisão da ONU em 1948, setenta e cinco anos depois, protagoniza mais uma guerra contra o povo palestino, cujos reflexos atingem o já conflagrado Oriente Médio. E não há como ocultar que a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China restauracionista completa o quadro de esgotamento histórico do capitalismo.

É nessas condições que o POR, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da

IV Internacional (CERQUI), se colocou a tarefa de melhor estudar e compreender os fundamentos programáticos que foram constituídos pela oposição marxista-leninista-trotskista ao estalinismo, expondo passo a passo as novas formulações que emergiram e se assentaram na luta de classes mundial do proletariado, posterior à Revolução Russa e à constituição da URSS.

A luta pela superação da crise de direção, portanto, pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, exige da vanguarda com consciência de classe que faça o máximo esforço em analisar e compreender o significado histórico da liquidação da URSS pelo estalinismo, cuja vitória coube ao imperialismo, encabeçado pelos Estados Unidos.

Edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Em janeiro de 1918, realizou-se o “Terceiro Congresso de Toda a Rússia dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses”. Lênin ressalta a importância de ter aprovado a “Lei sobre a socialização da terra” e estabelecido as bases de um “novo sistema da República Socialista Soviética, como federação de repúblicas livres das distintas nações que povoam a Rússia”.

Em seu “Informe sobre a atividade do Conselho de Comissários do Povo”, reconhece que “a República Socialista de Sovietes é já uma realidade”. Mas acrescenta uma formulação histórica que não se poderia perder de vista. Eis: “Estamos longe de ter completado sequer o período de transição do capitalismo ao socialismo. Jamais abrigamos a esperança de que poderíamos terminá-lo sem a ajuda do proletariado internacional. Jamais tivemos alguma ilusão nesse sentido e sabemos quão difícil é o caminho que leva do capitalismo ao socialismo; mas é nosso dever dizer que nossa República de Sovietes é socialista porque temos empreendido esse caminho, e essas palavras não serão palavras vãs”. Estava assentada a pedra fundacional da República Socialista dos Sovietes, que assinala a necessidade de novas revoluções proletárias em outros países e, assim, o desenvolvimento do socialismo na Rússia como parte da revolução mundial.

No discurso de fechamento do Congresso, Lênin retoma a tese do vínculo entre a transição do capitalismo ao socialismo e o internacionalismo marxista. Afirma: “Podemos dizer com incontestável fundamento que o Terceiro Congresso dos Sovietes abre uma nova época na história mundial e que temos a crescente consciência de seu significado nestes tempos da revolução mundial” (...) “E agora é evidente para todos e estou convencido que também para os nossos inimigos que o novo sistema, o poder dos soviets, não é um invento nem uma manipulação de partido, mas sim o resultado do desenvolvimento da própria vida, o resultado

da revolução mundial que está tomando forma espontaneamente”. (...) “Está claro que os trabalhadores não têm experiência de governo, mas isso não nos assusta. O proletariado vitorioso tem diante de si uma terra que agora se tornou um bem público, e ele saberá organizar a nova produção e consumo de acordo com os princípios socialistas. Toda inteligência do homem, todo seu gênio, somente criava para possibilitar a alguns os bens da técnica e da cultura, e privar os demais das necessidades mínimas de instrução e desenvolvimento. De agora em diante, ao contrário, todas as maravilhas da técnica, todas as conquistas da cultura pertencerão a todo o povo, e já nunca mais a inteligência do homem e seu gênio serão utilizados para a opressão e exploração”. (...) “Os trabalhadores realizarão essa titânica tarefa histórica, pois neles dormem, latentes, as grandes as forças da revolução (...)”.

Lênin conclui: “Hoje, esses objetivos estão consolidando-se como conquistas da revolução internacional. Encerramos esse histórico Congresso dos Sovietes sob a bandeira da crescente revolução mundial. Não está longe o dia em que os trabalhadores de todos os países se unirão em um só Estado que abarque toda a humanidade para construir, com o esforço comum, um novo edifício socialista. O caminho dessa edificação passa pelos soviets, como uma das formas da nascente revolução mundial”.

Nota-se que o entusiasmo e o otimismo de Lênin, dois meses após a Revolução de Outubro, se assentavam nas premissas objetivas da crise mundial do capitalismo, mar-

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



cada pela Primeira Guerra Mundial, pelo impulso de movimentos revolucionários em boa parte do mundo e, portanto, da possibilidade de avanço da revolução na Europa. O fundamental está em que o Terceiro Congresso dos Sovietes dava um passo imprescindível no sentido da estabilização da revolução e do início da transição do capitalismo ao socialismo.

Constituição da URSS

Em 30 de dezembro de 1922, consolida-se a formação da URSS. Lênin se achava enfermo, não podendo portanto intervir mais amplo e diretamente no processo, que esteve sob a condução de Stalin. Apesar dessa limitação, Lênin expressou uma divergência de fundo quanto à questão do lugar das nacionalidades oprimidas que se libertaram da dominação do império russo, graças à Revolução de Outubro de 1917. Apontou a deformação que se manifestava na forma de um centralismo burocrático. Destacou-se a resistência da Geórgia com a resolução elaborada pela comissão responsável de viabilizar a estrutura da URSS. Esse momento foi crucial para a compreensão marxista-leninista sobre a questão do direito à autodeterminação e à separação da nação oprimida.

Um documento sintético, mas de grande valor, é a “Carta a J.V.Stalin, para o birô político, CC do PC(b)R, com um projeto de resolução sobre a composição do CEC de toda a Rússia”. Lênin propõe: “Estabelecer como condição obrigatória que não menos de 60% dos membros do CEC de toda a Rússia sejam operários e camponeses, que não ocupem cargos no aparato soviético; que não menos de 67% dos membros do CEC de toda a Rússia sejam comunistas; encomendar o estudo do problema, para a próxima plenária do CC, o seguinte grupo de três: camaradas Kalinin, Enukidze e Kamenev. Apresentá-lo primeiro ao Birô Político, por intermédio dessa plenária do CC, para levá-lo ao próximo Congresso de Sovietes de toda a Rússia”. Carta datada em 23 de maio de 1922. A exigência dessa composição e a sua autonomia em relação à burocracia estatal indicou o reconhecimento de Lênin sobre os perigos de afastamento da camada mais avançada do proletariado do controle do poder do Estado Soviético.

Em seguida, em 26 de setembro de 1922, Lênin envia uma carta a Kamenev e aos membros do Birô Político do

CC do PC(b)R. Um documento, também, sintético. Contém uma crítica à condução de Stalin. Contesta a “Resolução de sua comissão sobre a incorporação das repúblicas independentes à RSFSR (República Socialista Federativa Soviética da Rússia)”. Avalia que “Stalin tem certa tendência a se apressar”. Pede a Kamenev que acompanhe uma mudança no primeiro parágrafo que consta a forma de incorporação a RSFSR. O conteúdo do ingresso das demais nacionalidades não poderia ser de “incorporação”, mas de participação ativa. O que tem a ver com o lugar das nacionalidades na constituição da URSS. Lênin se guia pelo fundamento do direito à autodeterminação. Eis a recomendação: “Espero que o espírito dessa concessão (refere-se à concessão de Stalin) seja claro: nos declaramos iguais em direitos com a RSS da Ucrânia e com as outras, e juntas, em igualdade com elas, entramos em uma nova união, em uma federação, a ‘União de Repúblicas Soviéticas da Europa e Ásia’”. (...) “O importante é que não demos motivos aos ‘independentistas’, que não destruamos sua independência, mas que organizemos outro piso, a Federação de repúblicas iguais em direitos”.

Esse ponto de partida de igualdade entre as nacionalidades que constituíam a URSS era um imperativo para afirmar e desenvolver as premissas socialistas da Revolução de Outubro. A tendência de Stalin à centralização burocrática e autoritária se manifestava prematuramente nesse momento crucial. Sem a presença de Lênin, que faleceu em janeiro de 1924, passou a prevalecer as forças estatais burocratizantes, e, assim, potenciaram as contradições que minavam o processo de transição do capitalismo ao socialismo.

É necessário recorrer a esse grandioso momento de consolidação da revolução proletária na forma da constituição da URSS. A divergência de Lênin com a condução de Stalin expôs as raízes do termidor, que, uma vez não arrancadas, sustentariam as forças restauracionistas, que concluiriam com a liquidação da URSS, sessenta e nove anos depois de sua fundação.

Nesses 33 anos após a dissolução da URSS, o POR, seção do CERQUI, se dedicou a assimilar as formulações históricas e as posições político-programáticas deixadas por Trotsky e encarnadas pelo movimento que constituiu a IV Internacional, assentada no Programa de Transição. A vitória da contrarrevolução consubstanciada na destruição da URSS é episódica. Suas lições negativas servem como afirmação para a vanguarda com consciência de classe trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

Lênin estrategista
da revolução proletária

*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista
da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova
Coleção
Editorial

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

